

O Futuro da História Ambiental

Necessidades e Oportunidades

editado por
KIMBERLY COULTER
CHRISTOF MAUCH

SPONSORED BY THE



Federal Ministry
of Education
and Research

RCC Perspectives

O Futuro da História Ambiental

Necessidades e Oportunidades

Editado por
Kimberly Coulter
Christof Mauch

2011 / 3



Índice

- 5 **Introdução**
Kimberly Coulter e Christof Mauch

Necessidades

- 11 **O Restauro da Terra e a Redenção da Histórica**
Patricia Limerick
- 17 **Necessidades de Pesquisa Futura em História Ambiental:
Regiões, Eras e Temas**
John R. McNeill
- 21 **Preenchendo o Buraco Azul em História Ambiental**
John R. Gillis
- 25 **História Ambiental e Outras Histórias**
David Blackbourn
- 29 **Horizontes mais amplos?**
Harriet Ritvo
- 31 **História Ambiental Globalizante—Novamente**
Frank Uekoetter
- 35 **Nações, Natureza e História Ambiental**
Mahesh Rangarajan
- 39 **Integrando a História Ambiental**
Martin V. Melosi

Oportunidades

- 45 **Despertando para o Desafio: Ligar Investigação em Humanidades e Política Ambiental**
Peter Coates
- 49 **Oferecendo soluções**
Frank Zelko
- 53 **História para a Ansiedade Global**
Libby Robin
- 57 **O Valor Monetário da História Ambiental**
Stephen J. Pynen
- 61 **No Limite da História Ambiental**
Richard Walker
- 67 **Da modernidade com Liberdade à Sustentabilidade com Dignidade: Politizar a Passividade**
Julia Adeney Thomas
- 71 **Recapturar a Justiça e a Paixão em História Ambiental: Um Caminho Futuro**
Jane Carruthers
- 75 **A Magia da História Ambiental e Esperanças para o Futuro**
Christof Mauch

Kimberly Coulter e Christof Mauch

Rachel Carson Center for Environment and Society

Introdução

É a história ambiental a nossa “melhor esperança para o futuro”? O campo é jovem, dinâmico e pronto a contribuir com conhecimento e compreensão para uma variedade de problemas que todo o planeta enfrenta. O seu trabalho tem tido procura, mas até que ponto pode a sua oferta fornecer esperança ou, melhor ainda, soluções práticas? Quais os campos que temos negligenciado? Há direções que devemos incentivar e apoiar?

Tais questões, levantadas por Patricia Limerick numa conversa com Christof Mauch, desencadearam um plano para convidar historiadores ambientais dos cinco continentes a fazer um balanço do campo da história ambiental atual e discutir as oportunidades mais promissoras para o seu desenvolvimento futuro. O *workshop* daí resultante foi realizado em Washington, DC, em Junho de 2010 e patrocinado pelo *Rachel Carson Center for Environmental and Society*, *National History Center for the American West* e *John W. Kluge Center* da Biblioteca do Congresso. No seu discurso de abertura, Limerick incentivou os historiadores ambientais a evitar disputas de polarização e, em vez disso, a considerar como se podem clarificar os atuais dilemas ambientais, de forma a que também informem criticamente o discurso e política públicas.

Para partilhar esta conversa com um público mais amplo, pedimos aos participantes para fazerem um breve ensaio escrito para esta edição especial do *RCC Perspectives*. Uma curta-metragem com destaques do *workshop* pode ser consultada no nosso sítio do *RCC Perspectives*. Estamos muito satisfeitos com o facto de quase todos os participantes terem respondido favoravelmente a este pedido. No lugar dos dois que não o fizeram, temos o prazer de incluir ensaios dos historiadores Julia Adeney Thomas e Jane Carruthers.

No seu conjunto as dezasseis contribuições oferecem diversas perspetivas e preocupações sobre o futuro da área por parte de quem trabalha em história ambiental e disciplinas relacionadas. Apresentamos os ensaios em duas partes. A primeira parte, “Necessidades”, faz um balanço do campo, identifica temas para um estudo mais aprofundado

e discute considerações metodológicas como a escala. A segunda parte, “Oportunidades”, oferece sugestões para traduzir o impacto desta pesquisa no mundo real.

Necessidades

Enquanto as raízes da história ambiental como disciplina assentam no ambientalismo e na compreensão da construção cultural do “ambiente”, os seus praticantes têm diversos pontos de vista sobre quais os assuntos a abordar, com quem, e a que escala.

Que tópicos da história ambiental são mais promissores para a pesquisa futura—ou mais necessários? Considerando o modo como podemos servir melhor este campo, John McNeill identifica regiões, eras e temas especialmente férteis para o trabalho futuro. Em particular, ele sugere um enfoque em “temas maiores”, temas de relevância política e temas de importância para a profissão de historiador. John Gillis aponta para um “buraco azul” na história ambiental. Gillis apela para um repensar dos conceitos de terra e de água, bem como da relação entre eles, encorajando mais estudos sobre a água, tanto no mar como em terra, como uma oportunidade de escrever “história sem fronteiras.”

Estruturas espaciais ou escalares para a pesquisa são outro tema de preocupação, particularmente para os que pretendem incentivar estudos globais, transnacionais, ou comparativos. Embora reconhecendo que a história ambiental desafia estruturas nacionais, subnacionais e supranacionais, David Blackbourn sublinha que teimam em permanecer definidas a nível nacional, e encoraja os historiadores ambientais a escrever através de escalas espaciais e temporais. Ele sugere retornar à história material, escrever “grandes” histórias e explorar as ligações interdisciplinares e internacionais. Harriet Ritvo nota que os problemas ambientais raramente podem ser resolvidos dentro de um contexto político nacional; contudo, a maioria do conhecimento produzido em história ambiental reflete esses limites humanos. Ritvo argumenta que este conhecimento pode transcender as fronteiras nacionais através de histórias comparativas, ou do envolvimento com os campos que oferecem categorias alternativas para analisar o mundo. Frank Uekoetter sugere que a história ambiental pode tornar mais simples a história global, enfatizando similaridades ecológicas e problemas comuns. Tratar as perspectivas globais ou, pelo menos, transnacionais, diz ele, pode proporcionar uma nova visão do mundo “de baixo para cima.”

Como os territórios politicamente, restringidos se tornam problemáticos enquanto quadros de análise, os focos e as práticas que transcendem esses mesmos quadros fornecem abordagens alternativas promissoras. Olhando para a nossa relação humana com o reino animal, Mahesh Rangarajan ilustra as formas como os tigres e o bisonte europeu têm sido instrumentalizados para servir interesses nacionais. Ao mostrar como a demarcação da construção humana tem consequências para o mundo natural, ele aponta os perigos do uso de uma diretiva nacional para a escrita de histórias ambientais. Martin Melosi argumenta que a tarefa mais difícil para a história ambiental é integrar a história ambiental nas narrativas históricas dominantes, *da local à global*, por exemplo, considerando o risco ambiental que as comunidades locais suportam com a produção de mercadorias que vendem em todo o mundo. Em particular, ele pede mais atenção para a interseção entre o meio ambiente e a tecnologia. Ao considerarmos como lidar com as questões ambientais em geral, a história ambiental pode ser um “ângulo de ataque” útil.

Oportunidades

Que impacto devem os historiadores ambientais ter a nível académico e no mundo em geral? Em Washington, John Gillis advertiu os historiadores ambientais contra o sentimento de se sentirem tiranizados por “grupos de referência” quando o nosso grupo de referência mais importante é um público ávido por uma boa escrita sobre o ambiente. De que forma podem os historiadores ambientais envolver significativamente o público? Que frutos devem os nossos esforços gerar?

Peter Coates e Frank Zelko salientam a importância da relevância política. Coates, descreve como a sua nova rede de pesquisa AHRC, “Regiões Locais, Processos Globais: Histórias das Alterações Ambientais”, visa trazer estudos históricos para o diálogo com outros especialistas e gestores de lugares do Reino Unido, com o objetivo de beneficiar regiões locais e informar sobre a política pública. No seu papel de editor de história para a revista de história ambiental *Solutions*, Zelko desafia os historiadores ambientais a indagar acerca das lições concretas que o seu trabalho pode dar aos decisores políticos, cientistas ou ativistas.

Exortando-nos a trazer o nosso conhecimento do passado para parcerias e conversas práticas sobre o futuro ambiental, Libby Robin discute o exemplo do projeto iHope (*For an Integrated History and Future of People on Earth*). Stephen Pyne reflete acerca da sua

experiência de trabalho com profissionais de gestão de incêndios. Pyne descreve o desejo destes grupos para as aplicações práticas provenientes de um passado “usável”. O valor prático dos historiadores, sugere ele, pode estar na sua capacidade de contextualizar a informação, mas também cativar e inspirar audiências a fazerem melhor o seu trabalho.

O compromisso com o mundo pode ser tanto um alicerce material da pesquisa, como uma motivação para o alcançar em primeiro lugar. “Saíam mais!”, foi a recomendação de Richard Walker. Se a história ambiental quer fazer a diferença no discurso público, diz ele, precisa obter alguma “inquietação”, alguma influência nos assuntos mundiais e vontade de abraçar os movimentos ambientais, bem como falar para o público. Julia Adeney Thomas argumenta que, à luz de uma catástrofe climática, os historiadores ambientais precisam de politizar a passividade e de se envolver com um novo materialismo que incidirá sobre a distribuição de poder nas sociedades humanas. Jane Carruthers pede-nos para considerar o que nos leva a escrever história ambiental. Apontando para a finalidade moral e política do campo e a atração resultante para o público, ela argumenta que a história ambiental se deve manter ativista.

Invocando a capacidade mágica da história ambiental para diluir as categorias normativas de tempo e espaço, para contabilizar atores humanos e não-humanos, e também para o levar a calçar as suas botas de caminhada, Christof Mauch lembra-nos que há poder, magia e até esperança na história ambiental.

No geral, estes ensaios sugerem uma tendência para a reformulação de escalas das histórias ambientais e um sentido de urgência que a comunicação—tanto na troca interdisciplinar entre os académicos, como na participação no discurso público—oferece a “melhor esperança” para o futuro do ramo. Como um campo que visa contribuir, positivamente, para o entendimento e decisões humanas, o potencial de impacto é grande. Esperamos que, incentivando os historiadores ambientais e outros a refletir sobre estas questões, esta matéria dê um pequeno passo nessa direção.

Necessidades

Patricia Limerick

University of Colorado

O Restauro da Terra e a Redenção da Profissão Histórica

As circunstâncias da história ambiental no século XXI apresentam um emparelhamento magnífico de más e boas notícias. A proliferação de dilemas ambientais está a produzir uma igual proliferação de oportunidades para os historiadores ambientais liderarem o resgate da sua profissão. Cada vez que a atenção intermitente do público se foca num problema ambiental, os historiadores deste campo recebem a súbita dádiva de uma provável audiência.

Se os historiadores ambientais estiverem à altura para esta ocasião, as suas ações irão traçar uma rota de saída do exílio para toda a profissão. Transformando antevisão em previsão, a ligação de historiadores ambientais com questões contemporâneas poderia, com algumas adaptações, provar-se também gratificante para os historiadores da raça, família, trabalho, cidades e relações internacionais, para citar apenas algumas áreas onde o trabalho histórico e os dilemas atuais estão prontos para o conhecimento recíproco.

Muitas disputas ambientais estão agora atoladas numa polarização inútil e desgastante, com o tema da alteração climática global a liderar a lista. Há todas as oportunidades para historiadores receberem esta oportunidade para defender a causa (ou, melhor *diyendo*, as causas) para o uso mais sensível e sustentável dos recursos. Isto era o que eu tinha em mente, em Janeiro de 2010, quando uma conversa animada com Christof Mauch conduziu à ideia de um encontro para responder à pergunta: “Será que a história ambiental é a melhor esperança para o nosso futuro?” Não estou inteiramente certa de como defini o “nós” implícito no pronome possessivo, “nosso”. Ainda penso que a história ambiental oferece esperança para a humanidade. Contudo, acredito que envolver a história ambiental na discussão contemporânea é a melhor esperança para “nós” historiadores convidando a dirigirmos-nos a uma audiência alargada, adicionando vigor às nossas mentes e valor à nossa pesquisa, e aprofundar o significado que encontramos nas nossas vidas.

Eis as razões para a minha convicção:

Primeiro, a capacidade que está em maior déficit no mundo de hoje é a capacidade de pensar em unidades de tempo mais longas do que a próxima eleição ou o próximo trimestre da empresa. Quaisquer que sejam as práticas que os historiadores ambientais sigam e quaisquer que sejam os tópicos que eles selecionem, eles são convidados—na verdade, solicitados—a enquadrar os seus estudos em unidades de tempo que minimizem a cronologia normalmente restrita do pensamento humano. Um maior alargamento da faixa cronológica de pensamento acerca das questões ambientais, demonstrado em espaços públicos, poderá ter um efeito muito positivo na forma como o público pensa e toma decisões. Se as pessoas puderem ser persuadidas a levar a sério a vida dos nossos ancestrais, abrir-se-á uma porta para levar a sério a vida dos nossos descendentes e incorporar os seus interesses nas nossas decisões.

Segundo, enquadrar historicamente as questões ambientais contemporâneas pode reduzir a polarização e aliviar o impasse e a paralisia que a polarização produziu. Isto é, em parte, uma função do alargamento do quadro cronológico, uma vez que as pessoas responsáveis pela origem de muitos dos nossos dilemas deixaram o mundo há décadas atrás, deixando o entusiasmo do século XXI para culpar os contemporâneos como irrelevantes e imprecisos. Tão importante quanto isso, a ideia de hibridismo, tão central para a escrita de muitos historiadores ambientais, baralha as categorias convencionais de polarização. Os preservacionistas provam ser pessoas que exploram ativamente os recursos naturais (na primavera passada, participei no banquete anual da *Colorado Environmental Coalition*, em Denver, e não há dúvida de que a nossa pegada de carbono para a noite teria esmagado os nossos espíritos, se alguém tivesse tido o mau gosto de chamar a atenção para as “externalidades” do nosso grupo). Entretanto, as pessoas que desfrutam de áreas preservadas como o Grand Teton National Park devem-no à riqueza, poder e entusiasmo pela natureza dos derradeiros extratores, os Rockefellers. A tentativa de separar uma linhagem pura de “preservacionistas” de uma linhagem pura de “utilitaristas” exigiria o desurdir de uma vasta e muita complicada tapeçaria, uma tapeçaria tecida com tanta força que eu não estou certa de que pudesse ser desfeita. A omnipresença de atitudes complexas e mistas, se comunicada por historiadores ambientais ao público em geral, leva a questionar as linhas habituais de oposição em disputas ambientais, e oferece uma rota para a busca de soluções resultantes da colaboração.

Terceiro, embora a história ambiental e o ativismo ambiental tenham tido uma longa fase na qual pareciam ser parceiros e aliados, chegámos felizmente, a uma nova era. Tal como a extração de recursos naturais, o ativismo ambiental tornou-se objeto crítico de investigação histórica. Embora muitos defensores do ambiente se possam sentir tristes e até mesmo traídos por esta retirada de apoio, de modo paradoxal, os historiadores ambientais que escrevem como críticos honestos podem ser mais benéficos para as causas do ambientalismo do que quando escreviam como *cheerleaders*. Consideremos, por exemplo, a forma como agora é possível aos historiadores apontar as consequências imprevistas do anti-urbanismo que caracterizou grande parte do género literário, politicamente poderoso chamado “escrita natureza.” Celebrando os benefícios de viver perto da natureza, muitos escritores e defensores deram inadvertidamente justificações de cariz intelectual e emocional para a expansão, obscurecendo as vantagens ambientais (em termos da conservação do habitat dos animais selvagens, ou da redução do uso de combustíveis fósseis para a deslocação) de empilhar as populações humanas em densas áreas urbanas. Em vez de se juntarem ao coro anti-urbanista, os historiadores ambientais podem agora apontar as consequências não intencionais das crenças mais fervorosas dos ambientalistas. A atenção para o forte traço do Calvinismo em alguns ramos de defesa ambiental—uma construção em que a maior parte da humanidade vive em pecado e na escuridão, enquanto algumas figuras iluminadas estão a salvo graças às suas crenças—tem sido outro domínio onde o comentário crítico de historiadores ofereceu perspectivas úteis—apesar de inicialmente irritantes!—para os ativistas.

Quarto, a história ambiental reivindica afincadamente que é o campo mais novo de estudo histórico. Numa interpretação persuasiva, a atualidade da sua coalescência também a tornaria a mais viva, ágil, adaptável, resiliente e resistente dos campos históricos, muito menos sobrecarregada com as tradições e os hábitos que sobreviveram à sua época. Se esta teoria for válida, então a história ambiental está posicionada para liderar uma causa mais vasta de exploração das práticas e recompensas da história aplicada, a força com mais esperança hoje em dia na revitalização da profissão histórica. Os historiadores ambientais podem, por exemplo, liderar toda a profissão no projeto de examinar a história para mostrar contingências, improbabilidade, alternativas e caminhos não tomados (mas às vezes ainda passíveis de o ser), contrariando, assim, o fatalismo e a resignação que se pode esconder sob uma análise da causalidade excessivamente completa e coesa.

Quinto, os tópicos e os temas da história ambiental oferecem uma grande promessa para voltar a juntar o mundo do conhecimento humano, depois de décadas de fragmentação e especialização. Em particular, os historiadores ambientais estão a fazer a ponte entre a lamentável divisão que separa as ciências naturais das ciências humanas e sociais. Nenhuma disciplina a operar isoladamente pode dar sentido a qualquer tópico ambiental sobre consequências. Assim, o valor de muitos territórios de especialização depende da nossa capacidade de reintroduzir as várias formas de nos inquirirmos uns aos outros e de nos unir numa iniciativa conjunta. A história ambiental está distintamente posicionada para promover esta causa.

Durante muito tempo, a relação entre os historiadores e o público assemelhava-se a encontrar sítios ricos em recursos energéticos renováveis, sem as linhas de transmissão que poderiam transportar essa energia para os consumidores. Antes que a energia dos historiadores ambientais possa chegar ao público, os obstáculos à transmissão colocados pela gíria, pela obscuridade, e por uma orientação voltada para dentro em relação à historiografia deve ser removida. Uma vez que a rendição a estes hábitos e tradições anacrônicos oferece muito mais satisfação do que dor, um “ponto de inflexão” está no horizonte imediato, quando cada vez mais historiadores perceberem que a flexibilidade e a inovação no seu estilo de comunicação podem oferecer recompensas enormes.

Graças ao meu trabalho no *Center of American West* da Universidade de Colorado, e depois de muitos encontros com companheiros que também estão empenhados em levar a perspectiva histórica para espaços muito além dos muros da universidade, posso afirmar que o que aqui descrevo é um plano prático, não um sonho utópico. Colocar este plano em ação exige esforço e vigor, e também uma moderação do julgamento severo que há muito tempo representa uma tentação para académicos que comentam sobre as atitudes públicas, especialmente a conduta de funcionários públicos. Tempo e esforço devem entrar na diplomacia, uma tarefa que à primeira vista parece exigir muita estratégia e premeditação, e que depois se revela intelectualmente estimulante, como qualquer uma das tarefas mais convencionais da prática histórica.

“É a história ambiental a nossa melhor esperança para o futuro?”

A resposta: “Sim, absolutamente—se essa esperança puder ganhar o nosso consentimento.”

Com certeza, qualquer historiador doutorado esteve em pleno voo, quando uma súbita aflição de um passageiro fez com que os comissários de bordo perguntem se há um médico no avião. É sempre um pouco triste ter de dizer para si mesmo: “Eu não sou o tipo de doutor a quem as pessoas recorrem quando se deparam com um dilema sério.”

Os historiadores ambientais têm uma oportunidade distintiva e invejável para responder a apelos às suas especialidades, para dizer aos seus companheiros de viagem nesta terra: “Eu estou aqui convosco e posso ajudar.”

John R. McNeill

Georgetown University

Necessidades de Pesquisa Futura em História Ambiental: Regiões, Eras e Temas

Vou aproveitar o convite para falar sobre “necessidades” muito literalmente, mas também o vou fazer muito idiossincriticamente. As minhas próprias “necessidades” vão ter prioridade sobre as de todas as outras pessoas, e têm mais quever com curiosidade intelectual do que com as necessidades do mundo para a sua melhoria, a sua conversão à sustentabilidade, ou a sua salvação. E eu vou fazer um bocado do que a Marty Melosi dizer um apelo limitado, isto é, dar alguns exemplos específicos de coisas que eu acho que a história ambiental precisa de fazer. Vou organizá-lo através da referência a regiões, começando com as regiões.

Tal como considero a história ambiental, existem duas regiões do mundo que se destacam para mim quase como buracos negros. Uma delas, apesar dos esforços em curso de Doug Weiner e poucos outros, é a Rússia e a antiga União Soviética. Continua a carecer extremamente de historiadores ambientais. Isso está a mudar—mas devagar. A segunda região similar do mundo é o Médio Oriente, especialmente o Médio Oriente moderno, que é quase um buraco negro completo. Muitas vezes ouço colegas da Austrália ou Alemanha a dizer que na sua parte do mundo a história ambiental é subdesenvolvida, que não tem influência—esta última talvez seja verdade—mas a primeira, recorrendo a padrões globais de comparação, não é verdadeira. Há dois *outliers* no mundo em termos do subdesenvolvimento da história ambiental, falando em termos regionais. E ambos têm um potencial obviamente enorme, para um trabalho interessante. Se eu fosse aconselhar um jovem estudante interessado história ambiental, mas não comprometido em termos de região, eu diria para aprender russo ou árabe ou turco.

Eras: Quase tudo anterior a 1880 é descurado pelos historiadores ambientais. Eu acho que é verdade para os historiadores em geral e talvez fosse assim que deveria ser, se queremos oferecer conhecimento relevante para gerar soluções, para gerar conhecimento útil—quanto mais contemporâneo, talvez melhor, embora do ponto de vista da curiosidade intelectual, este não seja, necessariamente, o caso. Em qualquer caso, pa-

rece-me que há um forte preconceito contemporâneo na história em geral e na história ambiental, em particular. Aprofundar o passado cria problemas em termos de fontes, e, frequentemente, penso que exige o tipo de colaboração que estávamos a discutir no início do dia: colaboração com arqueólogos, com antropólogos e com cientistas naturais de muitos tipos. Tal pode passar por uma colaboração ativa onde as agendas de investigação são compostas em conjunto, ou pode ser uma forma mais passiva de colaboração em que historiadores apenas exploram as pesquisas e descobertas de cientistas naturais.

Passemos agora para a que é, provavelmente, a parte mais interessante dos meus sete minutos: temas. Aqui, o *meu modus operandi* é olhar para todas as regiões e através das eras para ver o que num lugar, mas não é feito noutro e, assim, tentar identificar as oportunidades. Aqui estão algumas das coisas que me ocorreram enquanto eu estava a pensar sobre isso ontem:

Número um: A revolução industrial da Ásia Oriental desde 1960—talvez esta seja muito contemporânea para ser interessante. Marc Bloch disse que tudo após 1830 é jornalismo, mas ele disse isto há cerca de 80 anos atrás, talvez por isso devamos atualizar isto. Tudo após 1910 é mero jornalismo. Mas em qualquer caso, como todos vocês sabem, está em curso uma tremenda transformação da economia mundial nesta industrialização da Ásia Oriental, e enquanto a industrialização da Europa Ocidental e América do Norte Oriental tem atraído a devida atenção dos historiadores ambientais, a Ásia Oriental—tanto quanto posso dizer—não.

Número dois: Isto remonta ao debate entre Richard Walker e Martin Melosi sobre a história ambiental urbana fora dos Estados Unidos e da Europa. Nos EUA temos agora, de facto, biografias ambientais de dez ou doze cidades—algumas delas são antologias, algumas de um único autor—mas as cidades realmente grandes do mundo, as megacidades para além de Bogotá e Rio de Janeiro, ainda não têm—tanto quanto eu saiba—histórias ambientais publicadas. Lagos, Cairo, Moscovo, Tóquio, Banguecoque, Seul, Karachi, Istambul, Jacarta, Manila, Xangai, Guangzhou, Mumbai e uma dúzia de outras, todas têm agora 10 milhões de habitantes ou mais. Estes são assuntos muito interessantes e são importantes. Este é cada vez mais o habitat característico da nossa espécie e ainda assim não temos nenhum retrato histórico do surgimento e desenvolvimento destas megacidades como fenómenos ambientais.

Mais genericamente, há duas direções nas quais eu vejo uma oportunidade convidativa e uma necessidade para a história ambiental. Em primeiro lugar, histórias ambientais de coisas com que outros historiadores se preocupam: a Guerra Civil Americana, a Revolução Francesa—se alguém ainda se preocupa com a Revolução Francesa. Mas os historiadores ainda se preocupam certamente com a escravatura, a Grande Depressão, a Guerra Fria, a descolonização. Estes estão entre os muitos temas que ressoam para os historiadores em geral. Todos têm aspetos ambientais para eles. Se os historiadores ambientais quiserem—e eu não tenho certeza que todos queiram -imprimir a sua marca na profissão como um todo, esta parece-me ser a maneira mais promissora de o fazer. E também relevantes aqui são as questões de escala. Escrever a história da regulação do amianto no noroeste de Omaha na década de 1970 pode ter alguns aspetos tremendamente intelectuais, mas quase ninguém se vai importar com isso. Temas maiores vão servir melhor a história ambiental e os historiadores ambientais.

A segunda das minhas duas direções gerais consiste na história ambiental de coisas com que as ciências e políticas ambientais se preocupam. Isso também remete para algumas das nossas discussões no início do dia e eu aqui posso ter uma posição que alguns de vocês podem não partilhar. Para utilizar alguns exemplos muito atuais: os derrames de petróleo, os furacões, o ajustamento às alterações climáticas, as mudanças do mar no comportamento ambiental de uma população. Estas são coisas com que a comunidade das ciências ambientais e as comunidades de política ambiental estão muito interessadas. Se nós pudermos fornecer histórias ambientais desses tipos de coisas, não vamos parecer melhor sucedidos para a profissão histórica como um todo, mas vamos ser atraentes para outras comunidades intelectuais com mais sucesso do que nós temos agora. Contudo, isto está de certa forma a tornar-se o mercenário das ciências naturais e das agendas políticas com que eu sei que alguns de vocês se sentem desconfortáveis . Mas eu não tenho certeza que seja uma ideia assim tão má. Se estamos envolvidos nestes projetos de investigação orientados para a política, podemos, simultaneamente continuar as nossas próprias agendas: como Mao Zedong referiu, prosseguir uma estratégia de “Cavar a partir de dentro.”

John R. Gillis

Rutgers University

Preenchendo o Buraco Azul em História Ambiental

Há um buraco azul na história ambiental. Continua a ser uma disciplina extremamente focada na terra, que ignora em larga escala que sete décimos da superfície do nosso planeta são cobertos por água e um ecossistema que, constitui estimadamente noventa e oito por cento da nossa biosfera. A oceanografia foi a última das ciências naturais a nascer, mas a relutância persistente para enfrentar os oceanos se deve menos à falta de informação do que à relação única da civilização ocidental com o próprio mar. Outras sociedades sentiram-se muito mais em casa com o mar. Nós, no entanto, temo-lo consistentemente, definido como “outro”, como alienígena e exótico. A tradição cartográfica de o colorir a azul sugere um vazio e pureza que não atribuímos à terra.

Em ambas as tradições pagãs e cristã, o mar é uma presença misteriosa—o “Grande Desconhecido”, como Henry Gosse o chamou. Para os gregos, a terra representava a ordem, a água o caos. A Europa perpetuou a noção antiga de uma ilha térrea rodeada por um rio mortífero chamado *Oceanus*. Foi só após o século XV que o rio passou a ser entendido como uma série de mares navegáveis, mas os oceanos foram, inicialmente, descobertos como algo para atravessar ao invés de serem explorados pela sua importância. Até ao final do século XIX, os conhecimentos sobre os oceanos eram unidimensionais, sendo entendidos como superfícies, sem profundidade ou vida interior.

Pensava-se o mar como sendo atemporal, uma noção que persiste na repetida alegoria do “mar eterno.” A história naval ou marítima pode ocorrer na sua superfície, mas o mar em si é atemporal. Mesmo quando a terra começou a ser vista como um fator que molda o destino humano, os oceanos nunca foram tidos como agentes históricos. A história tem sido tradicionalmente entendida a começar e a terminar em terra. Tudo começa quando os exploradores ou os conquistadores desembarcam em terra e termina quando chegam à água. Jonathan Raban observou que “as pessoas que vivem em continentes adquiriram o hábito de considerar o oceano como fim da jornada.”

Os oceanos têm sido zona proibida tanto para geógrafos como para historiadores. Até recentemente, os mares eram vistos como lugares sem lugar, sem topografia. Nas culturas

ocidentais, o mar era entendido como natureza pura, algo que seria melhor deixar para as ciências naturais. Era visto como um perfeito espaço selvagem sem trilhos, encontrando-se fora da sociedade e resistente à civilização. As terras podiam ser cultivadas, mas os mares resistiram à ação humana. Os agrícolas podiam ser povos cultos, enquanto os marítimos são sempre vistos como incivilizados, até mesmo bárbaros. Dada a nossa tendência para preferir a terra ao mar, não deve constituir surpresa que a água só agora tenha começado a ser considerada na história ocidental. Recentemente, os ecologistas têm sido capazes de dar um lugar ao homem na natureza, mas apenas em terra. Também não conseguiram superar a alienação capturada na expressão “no mar.” Os nossos mitos de origem bíblicos identificam a humanidade exclusivamente com a terra, ignorando todas as evidências da nossa ancestralidade aquática.

Encher o buraco azul em história ambiental não passa apenas por mais investigação, mas por um repensar dos conceitos de terra e água, bem como a relação entre eles. A exposição a noções alternativas do mar oriundas do Pacífico e Asiá está a começar a desafiar a pretensão de universalidade do entendimento ocidental do mundo marinho. Para os ilhéus do Pacífico, o oceano não é um lugar sem lugar, mas um mar de ilhas com a sua geografia própria e única. Para eles, a história não começa e termina na terra, mas está intrinsecamente ligada ao próprio mar.

A crítica atual à noção de espaço selvagem deve agora ser estendida ao mar. Trabalhos recentes sobre a história das populações de peixes derrubaram a ideia de oceanos prístinos, ao demonstrar que o homem tem tido enormes efeitos sobre os oceanos. Durante pelo menos cinquenta mil anos, desde que o *Homo sapiens* deixou a costa africana, a nossa história e a dos oceanos foram interdependentes. Está na hora de abandonar os nossos mitos de origem terrestres e reconhecer as formas como a cultura humana começou no litoral, e não no interior. Agora que ultrapassámos a equação da água com a natureza, da terra com a cultura, deve ser possível apreciar a omnipresença de civilizações costeiras.

Tendo em conta a experiência de culturas não ocidentais, incluindo a dos nativos americanos, torna-se agora evidente que a terra e o mar não são polos opostos, mas partes de um *continuum* ecológico. Agora que tanto as profundidades como as superfícies dos oceanos são melhor conhecidas, podemos apreciar os seus terrenos e entender como os territórios marítimos partilham propriedades com territórios em terra. A reavaliação

positiva de ambientes de zonas húmidas salienta o hibridismo entre terra e mar e das populações costeiras que ocuparam os ecótonos onde a terra e a água se encontram. O foco excessivo da história marítima (muitas vezes chamado história da água azul) sobre o mar profundo impossibilitou-nos de reconhecer até que ponto é que a costa, o mais ecotonal de todos os ambientes, foi palco tanto para a história natural como para a humana.

Reformular e revitalizar a história ambiental litoral significa ir para fora da costa, mas também acompanhar as águas interiores. Mais atenção deve ser dada às bacias hidrográficas e aos estuários, à água castanha e à azul. Devemos ir além dos limites continentais para seguir as espécies migratórias, incluindo a humana, que há milénios atravessou os mares e se moveu ao longo das linhas de maré. Esta será uma história sem fronteiras, utilizando o conceito mais útil zona fronteira para produzir uma história com profundidade e amplitude, onde terra, vento, e água estejam em constante interação e a humanidade desempenhe um papel significativo. As histórias que resultarão serão mais líquidas, mas também mais sólidas. Agora que turvamos as águas, juntando terra e água, o homem e a natureza, a nova história dos oceanos terá uma tonalidade muito diferente, mas que representa com mais precisão as suas realidades híbridas.

David Blackbourn

Harvard University

História Ambiental e Outras Histórias

A História Ambiental pode ser vista como um marco de uma maior mudança na disciplina de História desde as alterações linguísticas e culturais. Esta mudança inclui um sentido de lugar, poderosamente, renovado, o retorno da história material, e uma ambição renovada para escrever “grande história”. Quero explorar estas afinidades e oferecer algumas reflexões breves sobre as relações entre a história ambiental e as outras histórias, incluindo a história natural.

A redescoberta que a história ocorre tanto no espaço como no tempo tem sido, nos anos mais recentes, um grande impulso libertador. Isto não é apenas verdade para os historiadores ambientais, é claro. A história do conhecimento e a história da ciência têm perguntado frutuosamente onde estava situado o Iluminismo e como é que formas particulares de entendimento emergiram numa dada experiência laboratorial. Mas os historiadores ambientais, ao examinar um habitat, questionar uma paisagem, ou retrazar os movimentos de espécies invasoras, foram, certamente, os principais impulsionadores do restauro da dimensão espacial na história.

O regresso do materialismo histórico também surgiu em muitas formas—história da cultura material, mercadoria, corpo—do qual a história ambiental é apenas uma. Trabalhar o ambiente levou os historiadores a absolver em vários graus o trabalho de colegas das ciências naturais—botânicos e zoólogos, climatólogos e ecologistas. Dentro da história ambiental, como na disciplina convencional, os nossos colegas medievais e modernos ultrapassaram aqui mais rapidamente a linha (assim como a micro-história foi sua invenção, e pelo mesmo motivo: prova escrita exígua). Esta mudança abre novas fronteiras para os historiadores.

Finalmente, “grande história” não é sinónimo de história ambiental. Ler uma obra como *Maps of Time*, de David Christian (2005), que começa com as origens do universo, ou *On Deep History and the Brain*, de Daniel Smail (2008), que está interessado em integrar história evolutiva humana e história cultural, é inverter o sentido do tempo histórico: o período de mil anos coberto por um Alfred Crosby de repente parece muito mais curto.

Contudo, eu diria que os historiadores ambientais têm feito mais do que a maioria para incentivar um pensamento novo sobre a escala temporal da história, incluindo a escala pré-humana, ou talvez melhor: escalas. A história ambiental precisa de ser escrita em escalas temporais, da história profunda à história de uma crise, como um incêndio ou uma inundação, que abra uma janela para questões maiores. A história ambiental convida ao que Jacques Revel chamou de *jeu d'échelles*, ou jogar com escalas. Essa é uma das suas virtudes.

A história ambiental é assim um marco de alterações na disciplina que trouxe novas questões sem desviar as levantadas por historiadores políticos, sociais e culturais. A história ambiental reúne muitos domínios da experiência humana. Isso foi algo que me atraiu para a alteração da paisagem alemã como temática—a possibilidade de aspirar, pelo menos, a escrever uma “história total” no espírito da escola *Annales*. Richard White descreve-se como “entre outras coisas, um historiador ambiental.” De bom grado dou a mesma auto - descrição. História ambiental é uma das coisas que eu fiz, mas tenho escrito e planejo escrever outros tipos de história. Tal não significa que a história ambiental seja apenas um entusiasmo passageiro (como se se pudesse ficar, temporariamente apaixonado, por exemplo, pela música de Mendelssohn) é algo ao qual estou, fortemente, ligado, mas não é uma lealdade *exclusiva*. E eu acho que há muitos como eu. Afinal de contas, a maioria dos historiadores ambientais começam em algum outro lugar—na história agrária, ou na história do trabalho, ou na história da tecnologia. Há muito a ser dito sobre isto. A história ambiental amplamente definida é muito mais prevalecente do que a história ambiental no sentido restrito, e há claras desvantagens para um subcampo que se institucionalizou no seu próprio gueto. O ambiente, a natureza—são estes, como o gênero, categorias de análise úteis, que mostram todos os sinais para entrar na corrente principal. Isso é bom.

Permanecem perguntas difíceis. Aqueles que tentam trazer para a história ambiental os ganhos conceituais da história cultural arriscam-se a ser desafiados por praticantes materialistas severos. Recorra-se demasiado a fontes literárias, permaneça-se muito tempo na “paisagem construída,” e corre-se o risco de se ser acusado de um impressionismo brando. (Acho que há aqui uma diferença real entre a história ambiental tal como é praticada na Europa e nos EUA.) Há, contudo, desafios, ambos práticos e conceituais, noutra direção. Onde está a fronteira entre história e história natural? Até que ponto podemos considerar um rio ou uma espécie não - humana como um sujeito, e não apenas

um objeto de estudo do nosso trabalho, e mesmo assim estarmos a escrever história? A categoria histórica de agente terá o mesmo significado se aplicada a atores não - humanos? Ou, citando Tim Michael, que estava ele mesmo colhendo de estudos subalternos: Pode um mosquito falar?

Finalmente, há a questão da história ambiental e da história nacional. A história ambiental desafia o quadro nacional, é claro, em ambos os níveis sub e supranacionais—o local e o global, mas as historiografias são definidas nacionalmente. É claro que, por este critério, a história ambiental permaneceu mais guetizada em algumas historiografias do que em outras. O trabalho dos principais historiadores ambientais dos EUA tem tido uma influência muito mais ampla—ajudou, de fato, a redefinir a história americana. Tal não se aplica à Alemanha, o país sobre o qual escrevo. Há uma série de razões institucionais e intelectuais para isso, mas uma delas é a associação do tipo de coisas que interessam os historiadores ambientais com os nacional-socialistas, as suas políticas, e os seus progenitores intelectuais (reais ou imaginários). Houve muitos trabalhos recentes sobre a conservação da natureza na Alemanha nazi. Um entitula-se "*How Green were the Nazis?*" Os historiadores dos EUA têm os seus problemas, mas eles não têm que ler livros como "How Green was the Ku Klux Klan?" Isto é um pau de dois bicos, é verdade, pois ajuda a criar um público para a história ambiental, mas à custa de tirar a atenção do longo prazo e de a orientar para esse ponto familiar desaparecido da história Alemã, a Alemanha nazi. Isto é, contudo, uma outra discussão.

Harriet Ritvo

Massachusetts Institute of Technology

Horizontes mais amplos?

Por muito boas razões, quase cada vez que ouvimos as notícias, é difícil separar o futuro da história ambiental do futuro do meio ambiente. O longo registo da ligação da nossa espécie com o ambiente global oferece sugestões fortes sobre as prováveis consequências das ações e inações presentes. Estamos ansiosos por partilhar as nossas ideias com políticos e com o público em geral. Os historiadores estão naturalmente conscientes—provavelmente mais conscientes do que ninguém—da força bem conhecida do comentário de George Santayana que “aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo.” Contudo, podemos estar menos conscientes da força frequente de um comentário alternativo: que aqueles que conseguem lembrar o passado estão, não obstante, condenados a repeti-lo, por uma razão ou por outra. Alguns dos atributos da boa pesquisa histórica podem realmente minar o seu potencial em prol da política. Estes são os mesmos atributos que muitas vezes produzem problemas quando tentamos destilar argumentos complicados ou interpretações numa entrevista abreviada. (É claro que esta situação não é da competência exclusiva dos historiadores ambientais; compartilhamo-la com académicos de muitos outros campos).

Por isso, é provavelmente uma coisa boa que o futuro da história ambiental não dependa do futuro do ambiente, exceto no sentido mais geral. De facto, no curto prazo, eles podem variar inversamente. O florescimento da história ambiental nas três últimas décadas seguramente uma preocupação crescente com o presente ambiental, tendo-se tornado cada vez mais óbvio que poucos problemas ambientais podem ser resolvidos num contexto político nacional. A este respeito, a história ambiental não seguiu a tendência contemporânea. Tal como, noutras subdisciplinas históricas, a maioria dos investigadores em história ambiental refletem as fronteiras humanas constituídas por nações, línguas e culturas. Isto é compreensível, já que a evidência provavelmente reflete fronteiras similares e a interação humana com o ambiente é e foi fortemente influenciada pela lei.

O ambiente por si não está, contudo, constricto a tais limites, pelo que a história ambiental também oferece uma oportunidade pouco usual para os transcender. O facto de

esta oportunidade ser também um desafio é sugerido pela raridade com que tem sido seguida. Por exemplo, a fronteira EUA-Canadá tem, efetivamente, de limitado o trabalho da maioria dos historiadores ambientais que estudam a sua vizinhança, apesar de ser, muito mais do que muitas fronteiras nacionais, uma mera linha num mapa. Ao longo da maioria dos seus cinco mil quilômetros, separa terrenos, linguagens e pessoas muito semelhantes.

A história comparativa oferece uma solução para este problema (ou, na verdade, várias). Em *A Plague of Sheep: Environmental Consequences of the Conquest of Mexico*, Elinor Melville (1997) alargou a sua discussão sobre o uso da terra colonial no centro do México a uma discussão sobre o impacto das ovelhas na paisagem árida de um tempo e lugar muito diferentes (Austrália do século XIX). No seu recente *Mosquito Empires: Ecology and War in the Greater Carabean, 1620-1914*, John McNeill (2010) tomou um rumo diferente, focando-se numa região definida pela partilha de um ambiente doente em vez de reis e presidentes. E a comparação pode ser tanto uma questão de consumo, como de produção. Uma vez que as questões ambientais e as alterações ambientais provocam muitas vezes respostas similares em locais muito distantes, muitos estudos em história ambiental podem ser considerados latentemente comparativos—isto é, comparativos aos olhos dos espetadores. Talvez o conteúdo cada vez mais global das nossas conferências e das nossas revistas nos encoraje a internacionalizar as nossas prioridades quando decidimos o que ler, não apenas no nosso próprio campo, mas também em áreas como geografia, paleontologia e biologia evolutiva, que incorporam hipóteses alternativas sobre como dividir o mundo.

Frank Uekoetter

Rachel Carson Center of Environmental and Society

História Ambiental Globalizante—Novamente

A palavra “globalização” surgiu como uma palavra de ordem onipresente no século vinte e um. Bens e informações circulam pelo globo a velocidades incríveis, as pessoas viajam em números sem precedentes por longas distâncias, e convenções ambientais globais discutem o número de vítimas para a biosfera do planeta. Com isso, poderia parecer um esforço oportuno para globalizar a história ambiental, mas a história do campo torna as coisas mais complicadas. De certa forma, a história ambiental foi globalizada desde o início. As limitações do planeta azul têm sido um tema recorrente da retórica ambiental desde o final dos anos 1960, deixando claramente uma marca na trajetória da disciplina. Deve ser difícil encontrar outra disciplina que tenha produzido tão cedo tantas monografias com uma perspectiva global; Clarence Glacken e Lewis Mumford são dois dos mais memoráveis autores. Nos últimos anos, estudiosos como John R. McNeill, Joachim Radkau e J. Donald Hughes continuaram neste caminho.

No entanto, algo estranho aconteceu nos últimos anos. Como os historiadores no geral, inspirados pelo zumbido da globalização, estão a dar continuidade ao projeto da história global mais energeticamente do que nunca, os historiadores ambientais mostraram uma relutância crescente em seguir perspectivas globais. Até certo ponto, isto pode ser um resultado da crescente especialização da pesquisa, que por sua vez é um subproduto do crescimento massivo do campo nos últimos anos. Mas, olhando de perto, também podemos identificar um certo sentimento de remorso. Nos primórdios da pesquisa em história ambiental, era tentador recorrer a amplas generalizações, retratando a história humana como uma longa história de abuso e má gestão que conduziu mais ou menos diretamente ao atual ambiente de mal-estar. Para ter certeza, McNeill e outros têm feito sua parte em complicar esta estória, mas talvez isso tenha sido—e é—parte do problema. Não é muito atraente escrever história ambiental global com ênfase na *nuance*, onde a cada terceiro parágrafo se salienta a necessidade de diferenciação.

Com isso, parece que se quisermos globalizar a história ambiental de novo vamos precisar de um novo paradigma. Mais ainda: teremos de repensar a tradição de escrever história ambiental como uma espécie de contra - narrativa: o lado negro da história

humana, onde a sujeira se acumula e os custos encobertos aumentam. Seria insensato, e provavelmente até arrogante, insistir nos aspectos ambientais como um campo separado e autônomo, enquanto investigadores como Jürgen Osterhammel dedicam muita atenção a questões do ambiente como parte de uma agenda alargada da história global.

Assim o que é que a história ambiental tem para oferecer como parte de um amplo coro de historiadores globais? O meu argumento é que, além de muitas perspectivas específicas, a história ambiental oferece uma grande oportunidade: a oportunidade de tornar a história global *mais simples*. Cada historiador global lida com a complexidade do mundo; culturas, sistemas políticos e economias diferem ao nível nacional, regional e local. No entanto, quando se trata da interação entre o homem e a biosfera, as leis da natureza contribuem para uma boa dose de similaridade em todo o globo. Cada sistema de irrigação deve ter em consideração a ameaça da salinidade. Onde quer que agricultores pratiquem a monocultura, pragas e problemas de doenças multiplicam-se. Cada mina deixa uma cicatriz na terra, e a dúvida do que vai acontecer após o abandono. Para ter certeza, as reações variam muito, mas o desafio básico é muito semelhante em todo o globo e tal poderá tornar-se uma enorme vantagem numa área que luta contra a diversidade do globo. A história ambiental pode fornecer o projeto da história global com algo semelhante a uma “coluna vertebral ecológica.”

Isto terá um preço. Vamos ter de nos afastar da ampla síntese global e de nos aproximarmos dos problemas e questões que são suficientemente semelhantes em todo o globo. Em suma, vamos precisar de uma história ambiental global mais focada, onde modos de produção e semelhanças regionais são os critérios principais para a inclusão, e onde não sejam precisos poderes visionários para ver que o enquadramento da nossa narrativa vai levantar todos os tipos de problemas. Por exemplo, devemos nos focar na “irrigação” como uma questão global para muitas culturas distintas—ou são os recursos do “control da água” a questão mais pertinente? Até que ponto é o “control da poluição” um projeto global, dado que os poluentes podem ser provenientes de fontes tão diversas como fogões de cozinha ou incêndios florestais? Podemos falar sobre “a plantação” como um esforço mundial—e, em caso afirmativo, deve-se incluir também as monoculturas de coníferas da Europa Central?

Com certeza, este tipo de história ambiental seria provavelmente mais transnacional do que estritamente global. O critério-chave seria identificar os desafios ecológicos comuns que pudessem reunir as regiões dos diferentes cantos do mundo, em vez do planeta como um todo. Mas, mais uma vez isto é tanto um desafio como uma oportunidade. Talvez uma história ambiental transnacional possa apresentar uma nova geografia do mundo que desafie as fronteiras políticas: onde a distinção entre, por exemplo a agricultura intensiva e a extensiva seja mais importante que as fronteiras nacionais, frequentemente definidas há várias décadas atrás, descurando as condições ambientais? Enfatizar semelhanças transregionais poderia eventualmente levar a uma nova visão do mundo “a partir do zero,” demonstrando assim, mais uma vez, o que sempre foi uma característica marcante do nosso campo: o poder subversivo da história ambiental.

Mahesh Rangarajan

Universidade de Delhi

Nações, Natureza e História Ambiental

Todas as pessoas na Terra vivem dentro das fronteiras de “estados-nação.” Essas fronteiras são muitas vezes contestadas, e as mesmas terras são frequentemente reivindicadas por um ou mais estado-nação. Há povos dentro de um estado que querem sair e outros que se querem agregar em entidades maiores. Grande parte da história do século passado foi sobre como os cinquenta e muitos estados anteriores ao começo da Grande Guerra em 1914 se começaram a multiplicar, tornando-se quase duzentos em 2000. Limites e fronteiras, zonas fronteiriças e zonas de transição: estes foram os assuntos de que muito se escreveu na história diplomática ou política, económica e cultural. Afinal, as fronteiras não se fazem por si, as pessoas é que as fazem.

A teia da vida, no entanto, não conhece tais barreiras feitas pelos humanos. Cordilheiras de montanhas como os Himalaias atravessam estados-nação. Rios originários num país fluem através de outros e juntam-se no oceano: isto é verdade para o Ganges e o Mekong, para o Brahmaputra e o Indus. De alguns dos dez mil glaciares, esses rios de gelo que se deslocam nos Himalaias e cadeias de montanhas associadas, muitos abrangem linhas humanas desenhadas em mapas. Animais atravessam as, peixes nadam perto de, e os pássaros voam sobre alfândegas e gabientes de imigração, pontos militares de verificação e patrulhas de fronteira. A teia da natureza desafia a contenção.

Contudo, o impulso de rotular certos animais ou terras como característicos de uma cultura particular é demasiado familiar. Às portas da morte, John of Gaunt dizia, em *Richard II* de Shakespeare:

*This royal throne of kings, this scept'ed isle,
This earth of majesty, this seat of Mars,
This other Eden, demi-paradise,
This fortress built by Nature for herself
Against infection and the hand of war*

Mas este era um jardim murado pelo mar, abençoado e protegido pelo deus do mar, o próprio Neptuno. Há mais de 400 anos, o Primeiro-Ministro da Índia, Jawaharlal Nehru (d.1964), falou no seu último testamento do Ganges como um rio que encarna as diversidades de um país de muitas culturas e credos. Em ambos os casos, uma característica da natureza foi tornada distintivamente humana e marco de nacionalidade.

Talvez em nenhum outro lado isto seja mais claro do que no hábito humano de rotular certas criaturas como únicas de uma cultura. Enquanto um resultado de milênios de evolução, o animal é visto como um símbolo de lugar e de espaço no tempo humano. O tigre, o maior dos grandes felinos, habita em mais de dezanove estados-nação, e em pelo menos seis é o “animal nacional.” Esta é uma prática moderna, mas tem raízes no passado, quando os animais foram amplamente utilizados na heráldica ou figurados na poesia, quer nos tribunais ou nas tradições populares. O animal, por seu turno, foi e está imbuído de qualidades humanas que o distingue de outras criaturas de penas e pelo mais humildes.

Não obstante isso torna-se bastante fácil se a espécie se encontrar apenas num Estado-nação. Este é o caso do animal sem dúvida mais popular na terra: o panda gigante. Ele é exclusivo da China e tem sido usado como embaixador quando os governantes do país querem fazer amizade com um outro país. Ao presentear o presidente dos EUA, Nixon, com um par, os governantes da China comunista estavam em sintonia com uma antiga tradição. O carisma do panda foi aproveitado pelo poder dos governantes da China, e tornou-se um meio para chegar ao vasto público da América. O panda tornou-se, de facto, um embaixador de uma China, chegando ao mundo em geral e aos EUA em particular.

É muito mais comum que uma criatura emblemática viva em terras disputadas ou em locais onde as fronteiras mudam. Assim que as fronteiras mudam, o controlo de uma população de uma espécie como imagem cultural também muda de mãos.

As fronteiras atuais da Polónia e Rússia atravessam a grande floresta boreal de Białowieża. Mas esta é uma fronteira que se deslocou várias vezes no decurso das Guerras Mundiais do século XX. Derrota ou triunfo na batalha determinava que a floresta tinha um novo mestre depois de cada guerra. Mas a floresta tem importância ecológica: é habitat para o Bisonte

européu. Outrora presente em grande parte da Europa, o bisonte europeu desapareceu, ou, melhor dizendo, foi exterminado em todos os outros lugares, mas sobreviveu aqui.

O bisonte europeu fez literalmente de Białowieża a sua última residência. A história parou para o bisonte selvagem no decurso da guerra de 1914-18. Os soldados alemães matavam-nos e comiam-nos. Para o último dos grandes do gado selvagem, a panela foi o destino e a extinção a consequência. O que foi, em tempos, o conflito mais violento na história dos homens, também teve vítimas não-humanas.

Contudo, o Tratado de Versailles fez renascer a nação polaca. Não mais divididos entre as potências rivais a leste e oeste, tomou forma tanto no mapa como na vida real. Os bisontes foram beneficiários, ao serem re-rotulados como animais distintivamente polacos. O trabalho de Simon Schama mostra como o marechal Josef Pilsudski permitiu a recuperação de animais em cativeiro que foram aclimatados e postos em liberdade na floresta. O bisonte itinerante na natureza era a encarnação viva do renascimento de uma nação. A história e a ecologia pareciam ambas em paz.

Havia um outro ângulo para a história, uma vez que o ditador militar da Polónia que era não só anticomunista, mas também profundamente anti-semita. O governante e o seu grupo viram o bisonte como mais polacos que alguns dos seus compatriotas polacos. O reforço do controle não era comparável ao que aconteceu quando Hitler invadiu a Polónia em Setembro de 1939. A grande floresta boreal tornou-se no terreno de caça do nazi Reichsmarschall, Hermann Goering, obcecado com lendas de um passado de glória Teutónica. Enquanto ele caçava bisontes, os Judeus da e em torno da floresta, assim como no resto da Europa ocupada, foram enviados para os campos. A guerra entre as nações e a violência dentro delas teve consequências diferentes para diferentes povos. A Białowieża e o seu bisonte estavam no centro, não na borda, dessas mudanças de época.

Os animais poderiam encarnar mais do que a sua floresta natal. Imbuídos de características em tudo demasiado humanas, eles poderiam ser emblemas que reuniram alguns, mas excluíram outros. Isto é graficamente apontado nos estudos académicos sobre os períodos coloniais e imperiais na Ásia e África.

Em Ghatiyali, um pequeno estado principesco no oeste da Índia, o “Sawar Raj” trouxe de volta memórias aos cultivadores e pastores de uma era de prazer, inseparável da dor. Ann

Grodzins Gold e Bhoju Ram Gujjar escrevem sobre um regime feroz de trabalhos forçados não pagos. Ninguém podia agir para proteger as suas culturas contra javalis que podiam destruir a colheita de uma temporada numa questão de horas.

Os javalis viviam em selvas densas, abertas o suficiente para serem pisadas por caçadores ou cavalos montados pelo governante e pela nobreza da terra. As mesmas terras que não eram lavradas rendiam madeira para alimentar o fogo para cozinhar e forragem para o gado, bagas para comer e tubérculos para cozinhar. A economia de coleta estava em conflito com os privilégios do governante. O trabalho de colecta e o acesso às terras sustentava muitos, mas esta experiência estava sujeita a ter de suportar os ataques dos javalis e o tormento dos seus protetores. Com o fim do poder britânico, os estados principescos também desapareceram. Consequentemente, as terras foram abertas e, num curto espaço de tempo, os javalis e as bagas das árvores *pilu* foram reduzidos a uma memória.

Podem natureza e nação combinar -se de uma forma mais justa do que sob as repúblicas e os impérios do século passado? A Polónia de Pilsudski tinha grande consideração pelo bisonte, mas não por todos os compatriotas polacos. Os príncipes em Ghatiyali deram ao javali um futuro, mas de forma perversa para os que moravam perto ou no habitat do animal. Pode uma nova ética emergente superar estes legados, e, em caso afirmativo, como? Isto é importante, e não apenas para o bisonte e o javali. Para dar à ecologia um futuro, temos de transcender estes legados problemáticos.

Um bálsamo para um planeta moribundo, para curar as feridas no corpo da natureza, para resgatar o desaparecimento da vida selvagem: estas são frases sugestivas usadas por aqueles que falam em defesa da natureza.

As maravilhas da natureza estão aqui “nacionalizadas” e são aproveitadas pelos Estados-nação e pelos seus defensores. “Salvar a natureza” significa afastarmo-nos de ideologias de conquista, embora seja muito fácil reproduzir os padrões do passado.

C.S. Lewis de forma presciente que alguns homens usam a natureza como instrumento de poder sobre outros homens. Onde os estados traçam fronteiras—seja de dentro ou fora—isso traz consequências para as linhas traçadas entre os humanos e o mundo natural. As histórias que escrevemos têm de enfrentar os desafios que se desenrolam no mundo em que vivemos.

Martin V. Melosi

Universidade de Houston

Integrando a História Ambiental

Quais os campos e as perguntas que foram negligenciados no passado e onde devemos ir a partir daqui? A questão é ilusoriamente simples—ou então impossível de responder. A parte fácil pode ser desembaraçar-nos dos tópicos que podem exigir mais estudo. Mas, para ser totalmente franco, os historiadores ambientais têm lidado com uma grande gama de questões ao longo dos anos, em vários períodos de tempo e em diferentes regiões do mundo. Não quero entrar num processo de listagem de temas, porque não acho que esta seja a questão central que estamos a tentar resolver. Eu vou, em prol dos argumentos, listar alguns exemplos que dizem mais acerca dos lugares para onde os nossos corações intelectuais podem ir, em vez de temas inexplorados que estão para lá das nossas canetas e dos nossos computadores.

Apesar de nós, como os historiadores ambientais, virmos para o campo a partir de vários *backgrounds*, acho que a nossa pesquisa tem sido moldada ao longo dos anos pelas tendências atuais na nossa profissão como um todo—principalmente a história social, a exposição a uma vasta teoria ecológica, e a nossa tendência política como defensores do ambiente.

A profissão histórica, especialmente nos Estados Unidos, tem sido dominada durante muitos anos pela história social, nomeadamente pelas preocupações crescentes a partir das raízes, incluindo género, raça e classe. Nos últimos anos, os historiadores ambientais abordaram estes temas, incluindo uma variedade de abordagens pós-modernistas. No nosso campo, isto tem-se manifestado em questões relacionadas com a construção cultural do ambiente.

Muitos historiadores ambientais acompanham as grandes questões nas ciências naturais—provavelmente mais do que nas ciências físicas—e parecem apoderar-se muitas vezes da terminologia e teoria do campo: os *ecossistemas*, o *climax*, o estado *estacionário*, a *competição*, o *caos*, etc.

Há poucas dúvidas de que a maioria de nós se voltou para a história ambiental por causa de uma permanente preocupação com as ameaças ao nosso meio ambiente e com a necessidade de compreender o valor do nosso mundo físico. Como poderia a nossa pesquisa ser influenciada por tais sentimentos?

Tendo em conta estes fundamentos, não me surpreende que alguns tópicos recebam menos atenção do que outros. Temas bastante convencionais, muitas vezes considerados como temas *top-down* ou elitistas, não parecem estar muito na moda. As políticas ambientais, para além do estudo dos movimentos e protestos ambientais, recebe uma atenção inconsistente. A história ambiental de uma administração presidencial, um partido político, um governo parlamentar, um regime autocrático, ou a história ambiental abaixo do nível estatal/federal nem sempre é fácil de encontrar.

Pessoalmente, eu guardo grande parte da minha frustração para a pouca atenção dada à intersecção entre meio ambiente e tecnologia. Apesar dos esforços de grupos como “*Envirotech*” e alguns outros, vejo poucos estudos que explorem a tecnologia muito para além da minoração. Nós até tratamos temas técnicos indiretamente, é claro, quando olhamos para questões como cultivo, colheita, caça, construção urbana, e assim por diante. Mas há um mundo intelectual muito maior lá fora para explorar, se olharmos para as questões mais amplamente desenvolvidas no campo da história da tecnologia.

Recentemente, tenho vindo a explorar, com o meu colega Joe Pratt e alguns outros historiadores de todo o mundo, o fenómeno de “capitais de energia.” Muitos de nós estamos a tratar de uma variedade de questões relacionadas com a intersecção entre energia e ambiente. Apesar do tema não ser novo, *per se*, a gama de questões alargou-se para além da política energética ou da poluição gerada pela energia. Por exemplo, no meu trabalho e de Pratt sobre Houston como um a capital de energia, temos tentado olhar para além das indústrias refinadoras e petroquímicas na nossa região como meros acumuladores de capital ou poluidores graves. O crescimento do desenvolvimento em Houston derivado do petróleo teve (1) efeitos acentuados no consumo de energia (combustível barato para carros, eletricidade barata para ar condicionado); (2) grandes impactos nas infraestruturas urbanas (estradas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, e tráfego aéreo); e (3) impactos no uso da terra e no desenvolvimento económico no geral (incluindo o desenvolvimento imobiliário e a promoção do Texas Medical Center, ou Johnson Spatial Center). Outros estudos sobre Port Gentil, Gabão; Perth,

Austrália; Stavanger, Noruega; Calgary/Edmonton, Canadá; Los Angeles; Oklahoma City; Louisiana Corridor; Pittsburgh; Oak Ridge, Tennessee; e Tampico, México, estão a começar a dar alguns padrões gerais de desenvolvimento do consumo energético e dos seus impactos em todo o mundo.

Suspeito que poderia continuar com uma lista infindável de temas específicos que merecem maior atenção. Contudo, partindo de uma ampla perspectiva intelectual, tentar determinar todas as possibilidades de “uma história ambiental de... (preencher os espaços em branco)” tem um apelo limitado. Isto é particularmente verdade porque a história ambiental fez muito mais do que a maioria dos campos para ser ousada, inclusiva, e criativa para fazer avançar o valor do campo da própria história. Eu sei que foi por isso que fiquei interessado em história ambiental—pois não estabelecia limites claros, estava a aceitar novas ideias, e não tinha medo de olhar para além das fronteiras disciplinares através das suas ideias.

No entanto, a tarefa mais difícil, a meu ver, que enfrentamos como historiadores ambientais é integrar a história ambiental em todas as narrativas possíveis da história convencional—do local ao global. Eu sempre considerei a história ambiental como “um ângulo de ataque”, uma maneira de olhar para as questões de uma forma não tipicamente considerada nos campos mais convencionais. Mas é ainda mais difícil juntar temas, assuntos, tópicos ambientais nas narrativas dominantes de nosso tempo, do que colocá-los únicos ou complementares. Eu sei que isto foi o que Ted Steinberg tentou fazer no seu texto *Down to Earth* (2002), ou o que John McNeill fez em *Something New Under the Sun* (2000). Nós precisamos de fazer mais disto, quanto mais não seja para parar mos de falar só entre nós para falarmos para um público mais amplo que possa apreciar o que temos a dizer. Os temas ambientais sustentam tanto da nossa história humana. A relação dos seres humanos com o seu ambiente físico não é acidental, mas central para a nossa compreensão da própria história humana.

Oportunidades

Peter Coates

University of Bristol

Despertando para o Desafio: Ligar Investigação em Humanidades e Política Ambiental

Durante o último quarto de século, auditorias periódicas de investigação em universidades britânicas foram realizadas por um Conselho financiado pelo governo do Reino Unido para o ensino superior. Até à data, este exercício exaustivo de avaliação classificou as disciplinas de acordo com o desempenho em três áreas. A primeira diz respeito aos resultados de pesquisa (artigos e livros), a segunda à honra—que engloba indicadores de reputação académica, tais como convites para dar palestras plenárias e participação em conselhos editoriais. A terceira área é o ambiente de investigação, que abrange atividades tais como centros de investigação e doações obtidas. A avaliação atual (2009-2013) inclui uma categoria adicional: o impacto. Isto não se refere ao impacto académico o facto de investigação mais consagrada possuir alto impacto académico está subentendido, nem é sinónimo de envolvimento do público. Um público intelectual não é suficiente. O que os avaliadores têm em mente é o impacto mensurável das políticas económica e pública—o que é, obviamente, muito mais difícil de demonstrar para historiadores do que para investigadores em medicina, engenharia ou química. (Um grupo de químicos na minha universidade inventou recentemente a primeira pastilha elástica facilmente removível e biodegradável).

No entanto, os historiadores ambientais estão em melhor posição do que muitos outros historiadores para tornarem importante o impacto construído nestes termos. Muitos dos meus colegas, contemplando a sua própria irrelevância para a questão do impacto, certamente pensam assim. “É claro que é diferente para você”, dizem eles. “Você é um historiador ambiental.” O que eles querem dizer é: “Você é relevante, não é? Não afirmou sempre que se o mundo lhe prestasse atenção, isso ajudaria a sair da confusão ecológica em que estamos?”

Na Grã-Bretanha, a história ambiental chegou finalmente. O tema deste ano da Anglo-American Conference of Historians—o principal evento anual (atualmente no seu septuagésimo nono ano) do Instituto de Pesquisa Histórica (centro nacional do Reino Unido

para a história)—foi “ambientes”. Um dos objetivos declarados do encontro era explorar “maneiras como os historiadores do ambiente podem informar a consciência verde global de hoje”, e as sessões acadêmicas foram complementadas por um fórum de política intitulado “Podem os decisores políticos aprender actualmente com Histórias do Ambiente?” Ainda não há muitos de nós—e alguns dos nossos colegas ainda nos tendem a considerar como intrusos—mas é inegavelmente um bom momento para ser um historiador ambiental aqui.

Uma iniciativa estratégica recente para cinco anos do *Arts and Humanities Research Council (AHRC)* do governo britânico foi “Paisagem e Ambiente” E agora as coisas estão a ficar ainda melhor es. Houve um pedido de financiamento recente para redes de investigação sobre o tema “Abordagens das Artes e Humanidades para a investigação sobre Alterações Ambientais.” O painel inicial incluiu cientistas naturais e “usuários” de *investigação* (corpos que formulam e implementam políticas ambientais). Na minha carreira até à data, eu não tenho conscientemente servido, para usar uma frase memorável de John McNeill, como “um diplomata relatando a partir de outros terrenos”. Eu não enviei relatórios, para colegas historiadores, de geo-arquivos e bio-arquivos criados por cientistas naturais. Mas agora eu tenho uma oportunidade de comunicar numa outra direção: servir como um embaixador para os estudos históricos, apresentando relatórios para benefício dos cientistas naturais. Isto não é um acidente. As propostas para o esquema de redes de investigação acima mencionada, requereram colaboração com cientistas naturais e gestores ambientais.

Esta oportunidade para um exercício histórico “aplicado” incentivou-me a criar, em conjunto com outros dois historiadores ambientais britânicos (David Lua e Paul Warde), uma rede de investigação intitulada “Lugares locais, processos globais: Histórias das Alterações Ambientais.” O grupo consiste numa equip de participantes nucleares e suas atividades giram em torno de três *workshops* em lugares específicos, todos eles histórica e ambientalmente distintos. *Kielder Water and Forest*, em Northumberland, é o maior lago artificial da Europa do Norte e a maior floresta artificialmente plantada da Europa. *Wicken Fen* foi a primeira reserva de vida selvagem—o último vestígio dos terrenos pantanosos de East Anglia. E as *Quantock Hills*, a primeira “Área de beleza natural excepcional” designada em Inglaterra (1956). Localizados em Somerset, estas montanhas tornaram-se numa das mais famosas paisagens literárias de Inglaterra, tendo inspirado diretamente os princípios fundamentais da celebração romântica da natureza selvagem.

Cada workshop será realizado em conjunto com o proprietário ou gerente do local. Estes lugares vão exigir, de modo concreto, que possamos relacionar os conceitos e histórias mais vastas que estudamos, com os processos materiais em lugares reais.

A candidatura requeria uma declaração de cada um dos nossos parceiros não académicos, referente a como beneficiariam desta colaboração. Um deles estava, particularmente, atento à capacidade de transferência do conhecimento da história ambiental trás, através das fronteiras nacionais: “Temos muito a ganhar com discussões com historiadores académicos que estudaram as alterações ambientais noutros lugares e que podem inserir a nossa região num contexto nacional e internacional mais vasto, incentivando a conectar-nos num nível mais amplo, tanto cronológica como geograficamente”. O testemunho fornecido por um outro parceiro foi particularmente, música para os nossos ouvidos: “Nós pensamos que esta rede irá fornecer uma ligação vital, e atualmente em falta, entre a pesquisa das humanidades e os resultados fornecidos pelas políticas ambientais. À medida que procuramos desenvolver e integrar soluções sustentáveis de adaptação, descobrimos que o entendimento cultural do ambiente e as alterações ambientais estão a funcionar como uma barreira importante para envolver as pessoas na gestão da mudança. O conhecimento envolvido na rede é muitas vezes de difícil acesso para nós e a nossa inclusão nesta rede ajudar-nos-á a desenvolver ligações com as partes da comunidade académica que não são os nossos parceiros habituais.”

Assim, para além das publicações académicas usuais, pretendemos gerar material sobre o entendimento das alterações ambientais nos nossos vários workshops locais que servirá como documento político para os nossos parceiros e será adequado para circular como uma forma de sensibilização do público. Esperamos também fornecer um quadro para o melhor desenvolvimento da história ambiental no Reino Unido, reunindo especialistas em ambientes estimulantes que ajudarão não só a identificar interesses comuns e atividades de colaboração futuras, mas também a inserir mais firmemente a história ambiental nos estudos históricos dominantes do Reino Unido e a fortalecer a nossa capacidade de informar as políticas públicas.

Frank Zelko

University of Vermont

Oferecendo soluções

É a história ambiental a nossa melhor esperança para o futuro? Não. A fusão a frio é a nossa melhor esperança para o futuro. A história ambiental é essencialmente a melhor esperança para os historiadores ambientais. Eu tenho idade suficiente, e vivi no mundo da história acadêmica tempo suficiente, para ter perdido a maioria do meu idealismo juvenil e a minha crença no poder transformativo da verdade histórica com V maiúsculo. Um tom irônico e sarcástico substituiu a paixão ardente do idealismo juvenil. Eu costumava ser fiel *dictum* do jovem Marx: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo. “Agora sinto-me mais confortável com a ideia da mera interpretação, uma atividade que muitas vezes me leva a concluir que a história é uma farsa, e não o contrário. Nas palavras do grande sábio pós-punk, Elvis Costello, “Eu costumava estar desiludido, agora tento ser divertido”.

Mas talvez o meu cinismo seja mais estilo do que substância. Eu sou, afinalo editor de história de uma nova revista ambiental chamada, entre todas as coisas, *Solutions*. É um título simples e linear, apesar de muitos historiadores parecerem achá-lo vagamente ameaçador. O papel obriga-me a abandonar o meu cinismo e a trocá-lo por um tipo de idealismo prático. Admito livremente que no começo eu estava a fingir. Levei o trabalho avante porque fiquei lisonjeado pelo facto de editor principal, o economista ecológico Bob Costanza, me ter considerado digno deste papel. Mas após algum tempo, a visão positiva do mundo (*Weltanschauung*) de Costanza começou a passar um pouco para mim. As nossas reuniões do conselho editorial são caracterizadas por um pragmatismo otimista do tipo infecioso. Sem fervor revolucionário ou utopismo inocente, mas sim uma crença prática na eficácia do incrementalismo. Mesmo se o melhor que podemos esperar for 100 passos para frente e 99 passos para trás, vale a pena comemorar esse passo extra.

Na minha nova função, estou constantemente a incitar os contribuidores, a maioria deles historiadores ambientais, a esclarecer e a enfatizar as lições práticas do seu trabalho. “Essa é uma excelente análise histórica”, digo-lhes, carregando nos botões certos, “mas quais são as soluções propostas? Que lições em concreto podem os seus

relatos do passado ter para os decisores políticos ou cientistas ou ativistas ambientais?” Depois de um ano nesta função cheguei à conclusão, sem surpresas, que os historiadores não são particularmente bons nisso. Mesmo aqueles que têm fé na capacidade da humanidade para aprender com os nossos erros parecem esforçar-se por desenvolver soluções que sejam mais que meros chavões: “Nós pescamos em demasia no passado. Não devemos fazê-lo no futuro.” “Corporações poderosas sobre-exploraram um recurso natural. Devemos criar legislação para os impedir de o fazer novamente.”

Em vez de oferecer soluções específicas, o melhor que a maioria de nós parece esperar é que pessoas influentes irão ler o nosso trabalho, tirarão as lições adequadas, e então desenvolverão políticas ou estratégias adequadas para melhorar a situação futura, ou pelo menos evitarão as armadilhas do passado. É a versão do historiador do efeito *trickle-down*. Se o nosso trabalho aponta para erros históricos de natureza técnica ou política—perfuraram muito perto de um refúgio de vida selvagem ou o novo imposto incentiva a construção de edifícios de má qualidade na franja rural-urbana—então há talvez uma pequena esperança de que alguém preste atenção e que o nosso trabalho provoque algum tipo de mudança. Mas o que dizer quando nós identificamos o problema como sendo sistémico ou cultural, que é , o que acontece frequentemente? Se a resposta à pergunta “o que correu mal?” for “o capitalismo” ou “uma visão de mundo cartesiana,” então qual é a solução?

Alguns historiadores arrepiam-se com a ideia de que o seu trabalho deva ter o mesmo padrão de “utilidade” social que o de engenheiros ou economistas. Eles argumentam que os historiadores, como outros estudiosos das humanidades, devem ser livres de descobrir o “conhecimento inútil.” Enquanto os estudos do passado puderem informar o presente através da revelação de mecanismos ocultos de desigualdade ou degradação ecológica, não se deve esperar que resolvam os problemas da sociedade em qualquer direcção, e muito menos de forma prescritiva. Os esforços nesse sentido poderiam comprometer a pureza da nossa pesquisa, assim como jogar a favor de burocratas instrumentista ou políticos de direita. Em geral, eu concordo. Nenhum historiador atento gostaria de ver a sua pesquisa independente prejudicada pela necessidade de parecer “útil” de acordo com os ditames da ideologia do livre mercado ou uma agenda política nacionalista. Ao mesmo tempo, o medo de cooptação pode ser paralisante, estimulando um sentido de timidez intelectual que pode ser quase tão prejudicial como cooptação real.

A história ambiental não vai salvar o mundo—assumindo que o mundo precisa de salvação. Mas é claro que alguns dos nossos acadêmicos podem, com alguns ajustes, oferecer algumas soluções bastante úteis para certos problemas bem definidos. E se alguns estudiosos se sentem confortáveis ou entusiasmados com a ideia de levar o seu trabalho para o campo da prática, eles devem ser capazes de o fazer sem medo do descrédito dos seus pares.

Deixem-me ilustrar o tipo de pensamento que tenho em mente com um artigo recentemente aceite para publicação em *Solutions*. Neil Maher (2010) baseou-se na sua análise histórica do *Civilian Conservation Corps* (CCC) para defender um “*Green New Deal*” para o século XXI. Cerca de dois terços do seu artigo resume o seu livro, *Nature’s New Deal*, demonstrando quais as partes do CCC que foram bem-sucedidas e em que condições. De seguida, desenvolve um caso sólido para replicar certos aspetos do Corps, de forma adequada e atualizada para atender às necessidades económicas, ambientais e sociais da recessão que atingiu a América na era de Obama. É o tipo de peça que um assessor político ou—Deus nos livre!—um político pode facilmente digerir e usar como um esboço para ajudar a elaborar um documento político mais detalhado.

Vou terminar lançando um desafio aos meus companheiros historiadores ambientais. Vão em frente e escrevam o vosso próximo livro brilhante e o vosso próximo artigo sólido: aquele que vos vai trazer progressão ou promoção na carreira, um Pulitzer ou um Bancroft. Mas quando o tiverem feito, não basta ir numa digressão de apresentação do livro e começar a trabalhar no próximo projeto. Sentem-se por mais alguns dias e perguntem a vocês mesmos: há algo de valor prático que um não-especialista possa tirar do meu trabalho? Estão lá soluções do passado que podem ser adaptadas para os problemas de hoje? Posso criar uma declaração política coerente ou um memorando com base no meu estudo do passado? Então vão em frente e apresentem um editorial para o *New York Times*, ou uma peça para o *Atlantic* ou *Harpers*. Ou, melhor ainda, escrevam um artigo para *Solutions*. Eis o modelo: precisa de cerca de duas mil palavras. As primeiras trezentas podem resumir a sua análise histórica, mas o resto deve oferecer soluções concretas para problemas específicos. Imagine que foi abordado por um decisor político, um cientista, um ativista ambiental, ou uma pessoa na rua que não está certa do que fazer com o estranho sabor da água que sai da sua torneira. Cada um deles diz: “Eu acho que o seu livro é muito interessante e atraente, mas, por favor, dê-me algo para que me seja útil.” No final, pode não levar a nada, mas

pelo menos pode ser um exercício intelectual estimulante que nos obriga a pensar de formas diferentes sobre a nossa pesquisa. E, muito ocasionalmente, pode contribuir para esse centésimo passo em frente.

Libby Robin

Australian National University

História para a Ansiedade Global

Os historiadores ambientais são, talvez, os melhores colocados entre os historiadores para se envolverem com preocupações planetárias sobre o futuro, até porque os historiadores ambientais nem sempre têm formação inicial em história. Alguns vieram para a história a partir das ciências da história ambiental, onde a tradição de usar o passado para modelar o futuro é um método estabelecido. É interessante que muitos “cientistas com mentalidade histórica ambiental” se auto-denominam historiadores ambientais, pelo menos na Austrália, onde eu trabalho predominantemente.

Nesta mesa redonda sobre história ambiental, quero observar como a comunidade da história ambiental pode ser definida de forma mais ampla para incluir cientistas e decisores políticos, e como ela pode ser colonizada por historiadores ambientais que utilizam os métodos tradicionais da história (incluindo a narrativa). Quando eu escrevo “nós,” historiadores ambientais, refiro-me aos historiadores disciplinares, mas não quero criar hierarquias onde a história seja um jogador mais ou menos importante para a questão “qual o futuro para o planeta.” Pelo contrário, defendo a inclusão de métodos históricos para enriquecer um discurso interdisciplinar sobre a crise ambiental e alteração antropogénica global.

Primeiro, um pouco de história! Eu descobri este meu impulso para o pensamento histórico do futuro planetário “*fora*” da disciplina da história. O novo milénio começou com a definição de Antropoceno, a era definida pelo fato de que as pessoas agora afetam todos os sistemas biofísicos do planeta. Esta definição não veio da geologia, mas de um grupo interdisciplinar a trabalhar sobre a climatologia e do Prémio Nobel de Química, Paul Crutzen. A ciência do sistema terrestre e a história foram invocados por um químico preocupado com o aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, que têm vindo a aumentar desde a revolução industrial no final do século XVIII, e cada vez mais desde a Grande Aceleração—período de rápido crescimento da população humana, da economia e da tecnologia, desde a década de 1950. O ecologista Robert Costanza e outros procuram combinar o estudo de climas passados e modelos contemporâneos para levantar hipóteses sobre o futuro, conscientes de que todos os sistemas biofísicos são também

sistemas alterados pelos humanos, pelo que a história humana teve que fazer parte das suas estruturas teóricas. Costanza é um dos fundadores do ambicioso projeto conhecido sinteticamente por IHOPE (Integrated History and Future of People on Earth).

O IHOPE foi originalmente uma iniciativa que pretendia ligar a ciência e a ciência social, em vez do trabalho anterior de Costanza para medir “serviços ecológicos” que juntava a ecologia à economia. O IHOPE era ainda mais amplo, adicionando ciências da terra e arqueologia, mas a história não estava entre as suas primeiras escolhas de disciplinas. Aqueles ENTRE nós, historiadores, especialmente historiadores da ciência, que viajam intelectualmente ao lado dos cientistas, fomos usados para discursar sobre o futuro, mas talvez tenhamos sido inicialmente surpreendidos pelo facto de este projeto de “futuros” ser explicitamente histórico na sua intenção.

Agora, no entanto, o IHOPE tem recebido historiadores para o seu projeto. Exorta os historiadores (e outros) a encarar de frente o debate “aprender com o passado.” Os passados ambientais são parte integrante de discussões sobre o futuro ambiental do planeta. O desafio é descobrir maneiras de moldar historicamente a agenda, não apenas para corrigir estudos de caso ou dados do passado num debate que já foi enquadrado noutra lugar. Os historiadores viajam em estradas diferentes das dos cientistas e, são geralmente menos experientes em iniciativas com grandes equipas. Nós especializamo-nos muitas vezes em sínteses interdisciplinares “a uma só cabeça”, em vez de juntarmos um conjunto de especialistas de diferentes disciplinas. Nem sempre é fácil encontrar formas de participar na discussão.

A questão “o que vem a seguir” envolve o passado e a crise do nosso tempo, mas as ideias sobre o futuro para o planeta estão a mudar rapidamente. (Nada muda mais rápido do que a “visão do futuro”!) A ciência em torno das alterações climáticas tornou-se muito mais certa, e a questão desenvolveu uma consciência da sua “dimensão humana”, impensável há dez anos atrás. Se a história ambiental é para ser o que Sverker Sorlin e Paul Warde sugerem—algo influente tanto na academia como entre decisores de política ambiental—precisamos de nos envolver criticamente na questão “o que vem a seguir para o planeta”. As nossas direções disciplinares poderão incluir olhar para a forma como o conhecimento e a ciência têm trabalhado historicamente nas sociedades, e refletir sobre o que constitui o conhecimento global nas diferentes eras.

O IHOPE não é o único grupo a exortar, explícita ou implicitamente, o pensamento histórico. Por exemplo, a disciplina de biologia invasiva, um outro ramo da “mudança global” do pensamento, ultrapassou em muito a ecologia. A maior preocupação está focada em debates sobre a introdução mediada pelos humanos de “ervas daninhas e selvagens” em todos os continentes. Muitos ecologistas tentam ultrapassar as biogeografias nativas e não-nativas, mas estas categorias (históricas) mantêm-se proeminentes na justificação das opções de gestão para maximizar a biodiversidade.

A biologia das invasões está talvez um pouco “adormecida” na Europa, a questão do que é que “pertence” tem uma ressonância política adicional em locais com história pós-colonial. Pertencer diz respeito à história, mas nem toda esta história é cultural. Apesar de falarmos na Europa como o “Velho Mundo”, foi colonizada tanto ecologicamente como por pessoas relativamente tarde, depois do derreter do manto de gelo há cerca de 10.000 anos atrás. A distinção entre antes e o depois da colonização por pessoas é difícil de fazer na Europa. Muitas espécies não têm uma longa história evolutiva (como acontece, ironicamente, nos *Novos Mundos*). A colonização ecológica tardia, que deu origem a uma biota mais forte e resiliente que ou sobreviveu à Idade do Gelo ou foi oportunista na colonização de novos nichos, libertou-se com o degelo. Na Europa, o momento colonial foi largamente ecológico.

A mudança global é mais frequentemente apresentada como uma narrativa sobre o futuro. As suas raízes no passado, no entanto, desafiam os historiadores a contribuir para o debate público intelectual. Os historiadores geralmente fazem história, não profecias, e lutam por encontrar uma voz para esses “assuntos futuros.”

Os cientistas e os economistas não são os únicos especialistas de futuros. Os escritores de ficção e os comentadores sociais fazem também quadros futuros, muitas vezes em termos críticos para a ciência e sociedades. A figura literária clássica é o inconsciente, do cientista brilhante, da possível consequência social das suas criações monstruosas. A figura do comentário social do futuro estabelece uma “luta” entre o conhecimento (ciência) e o poder (política). Ambas as figuras retratam o cientista como *especialista, mas inapto*. Ambas as figuras configuram um papel antagónico para o conhecimento moral.

A história das ideias também aponta para a necessidade do conhecimento cultural conjuntamente com o conhecimento das ciências naturais. Os problemas ambientais estiveram em discussão desde o princípio do século XX, mas foram inicialmente tratados individualmente por especialistas diferentes: população, pragas e pestilência, um a um. A ideia revolucionária do século foi a *integração* do ambiente: pensar nele como um sistema total à escala planetária. Durante quase todo o século, o sistema Terra foi conceptualizado como “biofísico”, como vida além das pessoas, como sendo conduzido por forças naturais e no domínio da ciência natural. As mudanças antropogénicas globais mudaram isso. O ambiente no século XXI é mais do que “natureza,” e exige mais do que ciência para o compreender.

Ulrich Beck argumenta que a alteração climática não leva, de modo algum, direta e inevitavelmente ao apocalipse, e lembra que a concordância científica por si só não resolve o problema. O novo discurso centra-se nas *consequências das decisões*. Os desacordos deslocaram-se para um domínio diferente por causa da quase unanimidade científica sobre o tema das alterações climáticas antropogénicas. A história ambiental, nomeadamente as suas dimensões transnacional, comparativa e global, pode contribuir para este discurso. Neste momento, a maioria dos cientistas chegaram a um consenso sobre o papel das pessoas no funcionamento biofísico do planeta; a história futura é o cenário das “consequências”.

Assim se a história ambiental tiver de contribuir para discussões sobre os futuros ambientais, precisamos de melhorar as nossas conversas e parcerias práticas com a ciência, ciência social e política pública. O que podemos oferecer? Podemos enriquecer estas discussões com precisão e perspicácia sobre o contexto histórico das ideias, analisando os nossos cenários actuais para o futuro à luz do conhecimento de outras eras. Se recuarmos e evitarmos estas conversas, outros irão certamente escrever uma história bem diferente do futuro sem nós.

Stephen J. Pynen

Arizona State University

O Valor Monetário da História Ambiental

“Deve extrair-se de cada palavra o seu valor monetário prático, pô-lo a funcionar à luz da nossa experiência”- William James, *Pragmatismo* (1907)

Eu pertenço a duas comunidades. Uma delas é o conjunto dos historiadores ambientais, a outra é o conjunto de pessoas preocupadas com a gestão dos incêndios florestais. É na linha de fogo que a minha pesquisa se aproxima da prática. Se o meu trabalho em história ambiental tiver algum valor prático, é aqui. O que é que as pessoas que lidam com fogo esperam encontrar nele e na história em geral?

Esta é uma comunidade que pensa com as suas mãos, que tem sede de ação, que tem que responder a acontecimentos fora do seu controlo. Os seus membros olham para a história para satisfazer três necessidades. Eles querem dados, eles querem lições, eles querem o significado, e querem tudo de uma forma que lhes possa ser útil. Eles querem, resumindo, converter a “história” no seu valor monetário.

A sua formação diz que a gestão de incêndios deve ser um ramo da ciência aplicada. Assim, olham primeiro para a história como fonte de dados que podem ser inseridos em modelos e prescrições. Se o ciberespaço pode ser uma fonte de informação, porque não o passado? Em momentos mais caricaturais, eles podem imaginar historiadores mineiros a caminhar para arquivos húmidos como os Sete Anões, assobiando enquanto trabalham.

O aspecto triste é que os registos históricos não foram escritos para satisfazer os modelos existentes, e raramente podem fornecer os dados tratados que a comunidade do fogo gostaria. Normalmente, há demasiado ou muito poucos dados e a maioria do que é preservado é-o de uma forma que não se coaduna com as portas I / O de programas de *software* desenhados para processar o resultado de experiências controladas. A questão não se cinge ao facto de o minério histórico em bruto ser refratário, mas à dificuldade em distinguir entre a parte preciosa e o cascalho. Assim, enquanto a história é certamente experimental, ela é dificilmente controlável, e, apesar de às vezes ser possível fundir minério bruto numa matéria refinada, a resposta mais usual é um encolher de

ombros. O material da história é dispensado como anedótico; o seu valor monetário é suspeito ou inexistente.

Se os dados não funcionam facilmente, talvez as lições possam. Não é a história na sua maioria composta por estórias? Não devemos nós aprender com a experiência e tirar lições do passado? Mas “lições” são entendidas de uma forma peculiar, como parte de um programa tecnológico em que a experiência é usada para refinar as ferramentas e estimular comportamentos que funcionem como uma ferramenta. A história, assim, é imaginada para melhorar as nossas práticas e prescrições, da mesma forma que a experiência introduz melhorias contínuas no design de uma peça de automóvel ou numa cirurgia cardíaca.

A este respeito, experiências—estórias—são consideradas intercambiáveis e universais da mesma forma que a fásca de uma tomada com defeito ou um engate de diamante mal preso é independente da história de vida ou psicologia de um motorista de automóvel ou uma mula de carga. Elas são testemunhos, não estão ligadas a temperamentos. O Serviço Florestal dos EUA tem ainda reunido volumes de tais lições das quais os nomes das pessoas foram apagados. “Lições” assemelham-se, assim, a “dados” que existem à parte dos atores que os criam e preservam. Tal noção parecerá estranha para os historiadores, mas ilustra, novamente, a extensão em que as arestas de um conhecimento histórico baseado em texto não encaixam nos buracos redondos dos modelos quantitativos e nos requisitos de esquemas legais e burocráticos.

A outra dificuldade com lições, como com os dados, é que nem todos eles são iguais, e são demasiado abundantes. É possível assimilar dezenas de experiências na linha de fogo, mas não centenas ou milhares, como agora a web torna possível. As lições brotam da história como uma cascata. Deve haver um processo de filtragem, correção e edição. Caso contrário, o passado torna-se uma selva ou, neste caso, um ferro-velho digital em que cada um pode, com persistência, encontrar um pára-choques traseiro para um Ford Coupé de 1936 que se quer restaurar, mas reduz o conhecimento histórico a um hobby de antiquário ou mexerico profissional. Por si só, ou quando oriundas de outras disciplinas, as lições dão sentido ao passado ou fazem com que o passado dê sentido ao presente. Isto requer julgamento.

Isto leva à terceira expectativa, de que a história pode criar sentido. Em vez de se fingir que é uma ciência social ou de a encaixar numa matriz tecnológica, esta visão aceita—encoraja—o estatuto da história como uma ciência que lida com valores, crenças, personalidades e eventos ideográficos, e com evidências que não vêm de experiências controladas, ou seja, aceita a história como parte das humanidades. Os historiadores preservam e celebram os feitos do clã. Eles atuam como cronistas e trovadores.

O passado torna-se útil, não apenas enquanto conjunto de dados ou rol de lições, mas quando é esclarecido pelo julgamento. Os historiadores acrescentam valor quando falam de questões de ética, estética, narrativa e compreensão do mundo que não reside nas ciências e, de facto, podem ajudar a enquadrar essas ciências social e intelectualmente. Eles conferem significado por comparação e contextualização.

A comunidade de combate aos incêndios americana compreende e, dentro de certos limites, acolhe este papel da história. Com orgulho e perplexidade, reconhece que o texto mais influente publicado nos últimos 25 anos não teve origem num trabalho de campo ou de laboratório, mas numa coletânea de estudos - uma meditação escrita por um professor de literatura renascentista da Universidade de Chicago sobre um incêndio florestal que aconteceu nas Montanhas Rochosas em 1949. A obra de Norman Maclean, *Young Men and Fire* (1992), ajudou a conectar o incêndio em terras selvagens à cultura circundante e forçou as corporações de profissionais a lidar com isso. No exemplo de Maclean, os cronistas e poetas da corte encontraram a sua voz, conseguindo silenciar a corte e inspirando depois os que o ouviram a fazer melhor o seu trabalho.

Este é o real valor monetário da investigação.

Richard Walker

University of California, Berkeley

No Limite da História Ambiental

Sinto-me nervoso. O tempo faz isso a uma pessoa. A destruição ambiental global é galopante, a economia mundial está a crepitar o desemprego é catastrófico, e a atmosfera política está envenenada. Além disso, venho da Califórnia, onde, como Ohlone costumava dizer, se está “a dançar na borda do mundo” e onde o colapso económico, o estrangulamento de um bom governo e a privatização de uma grande universidade prosseguem em ritmo acelerado (Walker, no prelo). Não é uma boa fórmula para contemplação desapaixonada do Futuro da História Ambiental.

Com toda a certeza, eu sou um grande admirador da área, em grande parte porque aborda as questões centrais do impacto humano sobre o mundo natural e muitas das preocupações ambientais que eu considero fundamentais para o nosso futuro coletivo. Além disso, eu admiro a coragem dos seus praticantes para conferirem um novo domínio à historiografia da última geração. Não só a história ambiental pareceu um desvio para a maioria dos historiadores (que não distinguiria um salmão de um bocado de bacalhau), ela foi contra a corrente por ser mais materialista do que cultural. E, finalmente, este subcampo emergente tem feito algum trabalho intelectual impressionante que obrigou os estudiosos de várias disciplinais a prestar atenção.

Mas também me sinto nervoso com o estado da história ambiental. É, afinal, um ramo da historiografia e requer, portanto, um cuidado académico desapaixonado, que se mova necessariamente de forma lenta e fale para um público escasso. Reconheço a necessidade desta forma académica de proceder na busca do conhecimento e da legitimidade e não tenho ilusões quanto à distância entre academia e luta política, nem tenho muita fé na espécie de “relevância” que significa escrever documentos políticos, a menos que haja uma investigação académica muito boa por detrás.

Contudo, se a história ambiental (e a academia em geral) vai ter impactos no discurso público sobre as grandes questões do nosso tempo, como as alterações climáticas, perda do habitat e extinção de espécies, ela precisa de ter uma margem que agora lhe falta. Necessita de enfrentar os grandes problemas (mesmo que indiretamente), levan-

tar as grandes questões e estar disposta a tomar posições duras e impopulares (dentro e fora da academia). Para tornar esta prescrição mais substancial do que uma exortação geral, farei algumas recomendações. O primeiro conjunto refere-se a princípios básicos de como pensar e praticar história ambiental. O segundo conjunto é um grupo de preocupações que derivam da minha própria área, a geografia, tanto em termos de objetos de estudo como do ponto de vista geográfico do mundo.

A Importância de ser mais que Honesto

(trocadilho com a obra de Oscar Wilde, *A Importância de ser Honesto*)

Se os historiadores ambientais quisessem tornar mais ousados nos seus conhecimentos e muito mais consequentes no seu trabalho, poderiam muito bem adotar os três seguintes princípios de pensamento sobre os temas que estudam. Desta forma, poderiam ser mais implacáveis em vez da apresentação geralmente suave das suas brilhantes pesquisas e narrativas admiráveis. Para manter o tom menos *pesado*, recorro a uma página da bíblia da arquitetura pós-moderna, *Learn from Las Vegas* (Venturi, Brown, e Isenour 1977).

1. Aprendendo com Weber

Os historiadores tendem a rejeitar as ofertas superficiais de cientistas sociais, com o seu sentido frequentemente simplista do presente e da causalidade que pode ser valorizada a partir dos dados da análise de regressão (Gaddis, 2002). Eu não poderia estar mais de acordo. Por isso, apelo ao espírito de Max Weber, o pai da sociologia moderna, que foi o grande pioneiro do modelo de construção sistemático nas ciências sociais (antes de se tornar um mero exercício de ginástica matemática e estatística). Pelo contrário, a grande falha da historiografia como campo é ser frequentemente invadida pela causalidade, alergia à teoria e a preferência pela forma narrativa. Os historiadores acham que não se pode entrar no mesmo rio duas vezes, mas é, de facto, possível entrar no mesmo sistema fluvial repetidamente. Os princípios hidráulicos e geomórficos permanecem os mesmos, mesmo que as moléculas de água e redemoinhos estejam em constante mudança. Isto não é uma chamada para um cientificismo falso, mas um apelo para encontrar uma corrente forte entre os detalhes de uma canalização insondável e detonando análises superficiais.

2. *Aprendendo com Marx*

Karl Marx foi, simultaneamente, um historiador e o que veio a ser chamado de cientista social no tempo de Weber. O seu modelo de capitalismo teceu várias críticas famosas ao percurso da história moderna e procurou a agência da libertação humana na classe trabalhadora. Havia duas premissas no método de análise de Marx. A primeira foi a descoberta da lógica e trajetória do capital, com a sua exploração desenfreada de tudo, em busca de acumulações intermináveis. Nesse sentido, os historiadores ambientais nunca devem deixar de fora o capitalismo como uma força fundamental por de trás do *bulldozer* global. A segunda ideia-chave de Marx foi a forma como a ideologia surge a partir de questões práticas e como a economia política deve ser sempre crítica das ilusões do capitalismo. Os acadêmicos modernos deveriam, penso eu, estar do mesmo lado que os neo-hegelianos a sua época; a questão não é só analisar o mundo, mas mudá-lo.

3. *Aprendendo com Foucault*

O campeão do pós-estruturalismo, Michel Foucault, ensinou a escrever “a história do presente,” um desafio que alguns historiadores radicais assumiram com vigor (ver a Revista *History of the Present*). Esta é uma faca de dois gumes. Por um lado, refere-se à preocupação com a forma como chegamos ao estado atual das coisas e como as coisas poderiam ter sido diferentes (em oposição aos estudos históricos sem qualquer ponto de referência contemporâneo ou a um marxismo extremo que tentou explicar a história em termos mecânicos). Por outro lado, Foucault refere-se à opressão do poder social para se assegurar que a história continua a progredir—e fora das mãos do subalterno. Foucault foi impiedosamente crítico com do poder em todas as suas formas, bem como do conhecimento que está profundamente implicado na opressão moderna. Os historiadores ambientais devem, neste sentido, estar à frente no desafio à lisonja do pensamento conservador e liberal, apesar de isso disfarçar a maneira como a sociedade moderna subjuga a natureza.

Vendo como um Espaço

Ao mesmo tempo, eu sou um geógrafo entre os historiadores, o que me torna nervoso em termos disciplinares. Embora os historiadores ambientais sejam a minha raça favorita entre o rebanho disciplinar, eu quero jogar a carta da geografia. Paratal considero que

existem três dimensões críticas do estudo ambiental que precisam de mais atenção dos historiadores, onde há algo a ser aprendido com os geógrafos (para uma descrição mais detalhada, ver Walker e Thomas 2010, 553-77. *Um pedido de desculpas a James Scott pelo trocadilho no título*).

1. *Cidades: A centralidade do Urbano*

Entre todos os campos possíveis de estudo em história ambiental, as cidades são os mais importantes. Embora tenham havido alguns estudos urbanos excelentes de historiadores ambientais, os assuntos dominantes têm sido rurais: desertificação, parques, florestas, peixes, e assim por diante. Há, para começar, um vasto rinteresse por cidades, como Bill Cronon (1991) mostrou, que continua a crescer num mundo cada vez mais urbanizado.

Além disso, a natureza vive dentro da cidade, como segunda ou até mesmo “terceira” natureza (natureza transformada e a natureza ressurgente transformada), mesmo à medida que a escala das cidades se expande e a urbanização do espaço rural traz cada vez mais terra para a esfera do urbano (Walker 2007). De seguida as cidades acabam por funcionar como os principais centros das ideias e políticas contemporâneas, particularmente, de resistência ao flagelo do desenvolvimento capitalista e de formas alternativas de vida que poderiam salvar o planeta.

2. *Ecologia Política: A Economia Política da Natureza*

O subcampo da ecologia política cresceu dentro da geografia quase ao mesmo tempo que a história ambiental dentro da sua disciplina-base, e por razões semelhantes: confrontando as questões prementes da degradação ambiental. Enquanto os caminhos dos estudos “sobre homem e natureza” sempre foram robustos em geografia, a disciplina sofreu desde sempre com uma negação da teoria, comparável à historiografia. A ecologia política reagiu contra isto, recorrendo aos grandes conceitos da economia política clássica: propriedade, mercados, classe e estado. A estes juntou raça e género, produzindo uma árvore de conhecimento muito fértil, que é também uma críticas profundas da ordem social e moderna da exploração conjunta das pessoas e da terra (ver como exemplo Pete e Watts, 1996).

3. Espaço, lugar e escala: Geografia como História

Os grandes estudiosos Marc Bloch e Fernand Braudel foram tanto geógrafos como historiadores, e os melhores alunos da história ambiental seguem os seus passos. Uma coisa que eles entenderam muito bem foi que a história social está diretamente ligada à terra, aos lugares e à vida material. Outra foi que se tem que pensar em todas as escalas, do local ao global, de forma dialética, e que o último não é uma mera soma do primeiro (tal como o primeiro não é uma mera a marca do último). Na verdade, existem escalas-chave que desafiam a obsessão comum com as histórias nacionais, tais como o mundo mediterrâneo, a economia Atlântica e o domínio do Oceano Índico. Finalmente, eles compreenderam o papel fundamental da expansão das fronteiras geográficas das sociedades dinâmicas, da Europa do Leste medieval às colónias de açúcar das Caraíbas. Talvez, mais do que tudo, nunca se afastaram da “Grande História,” com os seus processos globais (recomendo Moore 2010, 33-68).

Estou certo que muitos historiadores ambientais concordariam com uma ou mais das minhas propostas, porque eles são, no geral, um grupo bastante voltado para o futuro, inspirado pela séria preocupação com o destino da terra. No entanto, não será suficiente manter-se num registo de bom comportamento, sem pensar em como sair da prisão da academia e até mesmo do liberalismo americano. Se queremos restaurar algumas medidas de sanidade para a conquista desmesurada e actual da terra, vamos precisar de mais do que um pequeno empurrão dos nossos melhores e mais brilhantes intelectuais.

Julia Adeney Thomas

Universidade de Notre Dame

Da modernidade com Liberdade à Sustentabilidade com Dignidade: Politizar a Passividade

Quando me comecei a envolver com a disciplina da história, a minha preocupação principal era a liberdade. A frase de Benedetto Croce “a estória da liberdade” moldou o seu propósito. O estudo do passado, ao revelar a opressão política, a injustiça económica, e as determinações culturais, linguísticas e estruturais poderiam ajudar a superar as relações injustas de poder e estabelecer bases para a esperança. A natureza desviou-se para as fronteiras, uma retirada furtiva, um mero cenário, se é que visível de todo. Foi tratado com desconfiança porque a natureza foi determinista e o objetivo da práxis era revelar até que ponto nos poderíamos libertar de determinações. Uma vez que “determinístico” era uma palavra grosseira, a natureza era uma categoria igualmente grosseira. O colapso climático tem destruído, entre outras coisas, esta base lógica original para a história. A busca pela liberdade deve ser reformulada como a esperança para a sobrevivência com dignidade. O nosso futuro mudou o nosso passado.

Poderia orgulhar-me de me ter rebelado contra o consenso inicial da história em *Reconfiguring Modernity: Concepts of Nature in Japanese Political Ideology* (Thomas 2001), ao ter tomado a “natureza” a sério, embora me tenha aproximado, na verdade, dos seus objetivos. Eu estava, como o grande filósofo político Maruyama Masao (1914-1996), a perseguir a liberdade, tentando entender o fracasso político do Japão, a substituição no início do século XX das guerras imperialistas pelo progresso democrático, a substituição no pós-guerra da prosperidade pelo debate político. Maruyama, mantendo o optimismo (paradoxal) de grande parte da filosofia política dos meados do século XX, viu a sua tarefa como “fundadora da liberdade absoluta do homem, eliminando tudo o que normalmente parece restringir a liberdade,” para citar a descrição de Sebastiano Timpanaro (1970| 1980) dos objectivos da modernidade. Os meus objetivos eram um pouco mais modestos, uma vez que eu tive em conta a insistência de Timpanaro numa liberdade naturalmente *condicionada*, mas também senti o empurrão das possibilidades utópicas.

Hoje, estes argumentos adquiriram subitamente o estatuto de antiguidades. A busca pela liberdade que compeliu a pesquisa histórica ao longo dos últimos dois séculos já

não prevalece ou, melhor, foi a abundância da natureza e a alteridade radical que permitiram que a esperança já não se mantenha. Não é o colapso da separação ideológica entre a natureza e a cultura que nos deve preocupar agora, mas a sua realidade física, a era do desaparecimento no Antropoceno “da distinção humanista antiga entre a história natural e a história humana” (Chakrabarty 2009, 201). O que desapareceu com o colapso climático foram as condições materiais subjacentes ao sentido original de “historicidade” como tempo linear “desnaturalizado” e imbuído de “conteúdo antecipatório” (Koselleck 2002, 5 e 7-8). Da perspectiva dos construtivistas sociais, a dolorosa ironia é que a natureza se está a tornar agora uma construção social, produzida pela atividade geofísica dos seres humanos, e está mais implacavelmente determinista do que nunca. Mais do que Timpanaro ([1970] 1980) poderia ter imaginado em 1970, não podemos “negar ou iludir o elemento de passividade na experiência. . . Nem podemos, de forma alguma, reabsorver esse dado externo, tornando-o um mero momento negativo na atividade do sujeito”. O desafio central de hoje é descobrir como manobrar dentro dos limites da determinação biológica e geofísica. Reconhecer estas restrições altera não só as nossas esperanças para o futuro, mas também as questões norteadoras da nossa pesquisa do passado.

Neste momento de crise planetária e disciplinar sem precedentes, os historiadores responderam com uma esquizofrenia estranha. Muitos continuam a produzir histórias culturais, ignorando completamente o materialismo ecológico; muita desta pesquisa é irrelevante para o problema mais relevante do nosso tempo. Por outro lado, a história ambiental, muitas vezes com um materialismo semelhante ao das ciências, recupera bases físicas da vida ao nível pré-social e social, mas muitas vezes renuncia à práxis do moralismo, à análise do poder pelo rigor. Jogando com os conceitos temporais “grande” e “profundo” e minimizando a atividade humana intencional em estudos de catástrofe e animais, algumas histórias ambientais descrevem as condições sem articular o que os historiadores podem contribuir *qua* historiadores. O que os historiadores precisam de fazer, eu diria, é voltar às raízes políticas da disciplina, não mais com a esperança de fundar a liberdade absoluta, mas com a esperança de encontrar recursos para as democracias ecologicamente sustentáveis.

Deixem-me postular três momentos no nascimento de um novo materialismo histórico. O primeiro passo, em grande parte já dado redefine o sujeito humano como sendo determinado em última instância pela natureza. Ao destacar os nossos “eus” biológi-

cos e geofísicos, a história ambiental ressalva a passividade da experiência humana ao lado da atividade. Ao contrário de R.G. Collingwood, tem-se mostrado que a história não é apenas “um processo de pensamentos,” mas também se deve interessar “no fato de que os homens comem, dormem e fazem amor” e morrem, tanto no nosso eu biológico como nos nossos “eus” deliberados (Collingwood [1945] 1956, 216).

Esta alteração radical na nossa compreensão do sujeito histórico estabelece as bases para compreender a catástrofe climática que a humanidade recebe passivamente e que cria ativamente.

A próxima tarefa para todos os historiadores, não apenas historiadores ambientais, é politizar esta percepção: de facto, politizar a passividade. O objetivo original da práxis consistiu em redistribuir atividade, dar poder de autodeterminação à faixa mais ampla possível da população. Após compreendermos que a existência histórica consiste antes de mais nos corpos que nunca escolhemos, no ar, na terra e na água que são os requisitos vitais não-negociáveis, devemos trabalhar para recuperar os imaginários políticos e sociais que sustentam a existência sustentável. Esta mudança é um corte radical nas esperanças originais da esquerda e das garantias do liberalismo, baseadas na abundância. Uma dignidade mínima igualitária, o suficiente para comer, ar puro e água potável são comparações pouco glamorosas com a promessa original da história de liberdade em constante expansão, mas são revolucionárias, utópicas até, nas nossas precárias circunstâncias. Isto sugere a necessidade de retornar aos arquivos com novas questões sobre configurações sociais, tal como os imperativos da classe trabalhadora ou a história das mulheres nos fizeram reler o passado. O que certamente vamos encontrar, como Mike Davis diz, é que “não há precedente ou ponto de vantagem histórico para entender o que vai acontecer em 2050, quando cerca de nove a onze bilhões de populações de espécies lutarem para se adaptar ao caos climático e ao esgotamento das energias fósseis.” Contudo, através de pesquisa arquivística sobre os atalhos e becos sem saída da modernidade, a história pode oferecer uma alavanca contra o *status quo* actual destrutivo e fornecer imaginários sociais alternativos para o futuro. Como Davis diz: “Se isso soar a um apelo sentimental para as barricadas, como eco das salas de aula, ruas e estúdios de há 40 anos atrás, então que assim seja” (Davis 2010, 41, 42-43, e 46). Este projeto essencialmente político retorna à história para encontrar articulações utópicas descartadas, agora tornadas atraentes devido à sua lógica ecológica.

Será que os arquivos nos dão motivos de esperança? Não podemos saber. Muito dependerá da nossa capacidade para os reler não só “em contracorrente” relativamente ao poder puramente humano, mas através do poder biológico, físico e químico, as estruturas da natureza para com as quais todos nós estamos, inevitavelmente, em dívida. O novo materialismo poderia subestimar certas tendências da história ambiental, tais como narrativas que mimetizam a astrofísica ou estudos animais, traduzindo biologia em estudos culturais. Tão fascinante como esse trabalho possa ser, o núcleo da história como práxis ambiental deve incidir sobre a distribuição de poder nas sociedades humanas, a distribuição de atividade e passividade em termos de classe, género e espaço (urbano versus rural; hemisfério norte versus sul), que agita a atmosfera global e envenena ou protege o planeta.

O terceiro momento no desenvolvimento do novo materialismo consiste em reconhecer e proteger-se contra o desafio da direita. O estrangulamento ambientalmente determinado do futuro leva-nos para um território perigoso de medo e falta de solidariedade humana. Aqui a razão para politizar a passividade torna-se mais aparente porque a passividade, o reconhecimento do que não pode ser alterado, é facilmente apropriada pela direita, onde sempre se sentiu mais em casa. As preocupações climáticas já estão a produzir enclaves de combate por si mesmas, sejam eles enclaves nacionalistas (esforços para impedir os refugiados ou a apropriação chinesa dos recursos hídricos dos Himalaias), enclaves de classe (propriedade corporativa de abastecimento de água, comunidades fechadas), ou regimes autoritários administrativos de distribuição de recursos para uma elite política. Nesta nova realidade combativa uma articulação teórica precisa de dignidade sustentável deve emergir, apoiada em estruturas políticas, sociais e económicas de modelação da contenção colectiva com espaço para a criatividade individual, em vez de uma esperança sentimental da dignidade humana. Para isso será necessário reconceptualizar a humanidade, desnaturalizar o capitalismo, modernidade e progresso, e recuperar e narrativizar a experiência, tanto ativa como passiva. A catástrofe climática é consequência das relações modernas de poder nas sociedades humanas; portanto, são as relações humanas de poder que requerem análise e julgamento históricos, trabalho de arquivo, e engajamento teórico.

Jane Carruthers

University of South Africa

Recapturar a Justiça e a Paixão em História Ambiental: Um Caminho Futuro

Pode muito bem ser inevitável que, à medida que um campo académico amadurece, e o *frisson* inicial da novidade e do pensamento fresco se dissipa com o tempo, os praticantes pensem mais profundamente sobre fundamentos filosóficos e teóricos. Esta parece ter sido a história da história ambiental. Há um consenso geral de que ela emergiu com este nome na década de 1970 como uma trajetória historiográfica dinâmica. Muitos estudiosos vêm o seu surgimento como estando relacionado com o ambientalismo, o movimento global social gerado pela obra Rachel Carson ([1962] 2002), *Silent Spring*, pelo primeiro Dia da Terra e pelos vastos movimentos pela natureza dos anos 1960. Outros (ex.: Grove 1995) localizam a sua origem em séculos anteriores de imperialismo e colonialismo. Independentemente do debate sobre a fonte, esta nova direção em conceptualizar o passado emanou de um engajamento apaixonado com as questões dominantes na sociedade do seu tempo. Estas incluíram a relevância ecológica numa era em que o uso excessivo dos recursos naturais, as alterações climáticas à escala global, o crescimento demográfico, as práticas de conservação inadequadas e outros assuntos ambientais começaram a ter impactos globais adversos visíveis, bem como impactos locais e regionais e elevada visibilidade pública, à medida que a “política verde” se tornou emblemática do período. Acreditava-se geralmente, que a história ambiental era uma grande promessa para catalizar acções para a melhoria e justiça humanas, fornecendo compreensão e explicação históricas da relação entre “cultura” e “natureza”, e conectando-se com as ideias crescentes em torno da sustentabilidade e equidade ambiental.

Muitos académicos de renome foram atraídos para este campo, descrito por Donald Worster (1994) como tendo sido tão fundamental que se tornou central para todo o estudo histórico. Um grande futuro foi antecipado; tanto David Lowenthal (1996) como Worster (1996) argumentaram, por exemplo, que a história ambiental tinha também o potencial de fechar a lacuna entre as humanidades e as ciências, enquanto Stephen Dovers (2000) a considerou a arena interdisciplinar mais importante.

No final da década de 1990, contudo, uma nota mais cautelosa poderia ser discernida na literatura académica. Amy Dalton (2000) observou que a história ambiental teve mais ambiguidades teóricas e dilemas metodológicos inerentes do que qualquer outra área da história. Algumas foram exploradas numa edição especial de *History and Theory*, em que John McNeill (2003) aludiu ao “caos” da história ambiental. Ellen Stroud (2003), bem como Sverker Sorlin e Paul Warde (2007), observaram posteriormente que a história ambiental permaneceu nas margens da corrente principal, e atribuíram isto à ausência de consenso teórico e de parâmetros epistemológicos claros. Sorlin e Warde chegaram mesmo a acusar a história ambiental de ter “relativamente pouca coerência” como disciplina.

O que é importante na conexão com os desafios e as perspetivas futuras na história ambiental internacional é que essas críticas nos lembram que é importante considerar *porque* escrevemos história ambiental (ou qualquer outra)—escrever só por escrever não é um objetivo suficiente. Os historiadores precisam de se comprometer com o seu tópico: noutras palavras, valores e ideologias devem ser envolvidos, como já foram—acredito eu—mais evidentes quando o campo surgiu na década de 1960. Se há alguma preocupação com o facto de a história ambiental ter menos público e procura académica, como aconteceu quando era “novidade,” então olhar para o seu dinamismo e crescimento contínuo na historiografia africana pode ser instrutivo (Carruthers 2004). É no seio da história ambiental africana que a política, ideologia e o propósito vêm mais fortemente à ao de cima, talvez até ainda mais do que o fazem nas histórias ambientais características do mundo desenvolvido. Na África, especificamente, a história ambiental surgiu de uma história social africana forte e do paradigma Marxista, intimamente ligado à justiça ambiental (Beinart 2000), tendo este continuado a ser o seu mote principal. Não seria demais descrevê-lo aqui como “história eco-social” do que como história relativa ao “ambientalismo.” Assim, as lacunas teóricas que muitas vezes são levantadas como uma crítica contra a história ambiental aplicam-se menos à África do que aos estudos noutros lugares.

Stroud (2003) acredita que conceptualizar a forma como o ambiente deve “ser construído” em termos históricos é imperativo, e ela sugere que as perspetivas vão emergir com mais força quando o ambiente for usado como um lugar para examinar outros eixos de poder. William Cronon concordaria: “Diante das categorias clássicas da história social denoro, raça, classe e etnia, a história ambiental está mais silenciosa do que deveria

“(citado em Nash 2000, 24). Em 2005, Doug Weiner lembrou a academia que a história ambiental nos Estados Unidos havia crescido fora das preocupações intelectuais que galvanizavam a sociedade, e uma vez perdidas estas ligações—ou relegadas para segundo plano—talvez não seja surpreendente que alguns possam pensar que a historiografia tem menos para contribuir.

A história ambiental africana, com a sua ênfase no ambiente como local de poder, deu algo de novo à disciplina. Recuperar ideias em torno da justiça, com engajamento apaixonado (mas não emocional) pode ser uma promessa para futuras direções da história ambiental noutros lugares. Através de uma cuidada e sofisticada pesquisa histórica, a armadilha pós-colonial de divisões simplistas que Aaron Sachs (2003) acredita terem ferido a história ambiental, podem ser evitadas, e novas perspetivas sobre estruturas de poder colonial, global, e outras, podem ser desenterradas.

A conexão entre a história e as preocupações da sociedade é vital e, neste sentido a história ambiental tem pontos fortes particulares para se capitalizar. O forte e contínuo interesse público por questões ambientais é evidente no sucesso fenomenal e popular dos livros de Jared Diamond *Guns, Germs and Steel* (1998) e *Collapse* (2005). Os historiadores devem-no à sociedade, que contextualiza as questões importantes do seu tempo. A forma como as pessoas utilizam os recursos naturais e como se relacionam entre si através da exploração e uso dos recursos naturais - particularmente neste momento de alterações climáticas globais— é crucial. A história ambiental é particularmente atrativa para o público porque tem propósito moral e procura política. Não é, naturalmente, o único campo histórico que tem mostrado paixão, energia e um sentido ético. A história social também tinha uma agenda que visava ampliar os estudos históricos para fora dos poderosos da sociedade e considerar a história a partir de “baixo,” para incorporar aqueles que foram explorados. A história ambiental é política—ela aborda preocupações atuais e, talvez, de todas as historiografias (Mauch, Stolfus e Weiner 2006). Crescer e prosperar, talvez assim deva permanecer.

Christof Mauch

Rachel Carson Center for Environment and Society

A Magia da História Ambiental e Esperanças para o Futuro

Para mim, a história ambiental teve sempre uma certa magia. Talvez isto se deva em parte à minha conversão tardia, entrando no campo por meio de uma via sinuosa através da história literária e política. Muito do meu tempo tinha sido gasto em arquivos fechados a ler montanhas de documentos burocráticos, registros diplomáticos e em particular arquivos de inteligência secretos. A história ambiental era diferente. Diferente, porque ao contrário da história política não se baseava principalmente em fontes escritas. Diferente, porque me obrigou a levar as minhas botas de caminhada juntamente com o meu portátil para viagens de pesquisa. Diferente, porque me ajudou a perceber que a relação entre natureza e cultura é definida não apenas por caixas cheias de documentos, mas também pela exploração dos arquivos próprios da natureza. E, finalmente, era diferente porque dissolveu as categorias normativas de tempo e de espaço. As fronteiras territoriais e nacionais tendem a desempenhar um papel relativamente pequeno na história ambiental; em vez disso, as dinâmicas da natureza—o crescimento e movimento de espécies, a transformação da terra e as catástrofes naturais—tornam-se uma parte mais relevantes da história. Da mesma forma, o foco na “natureza” (apesar de construída) transcende os períodos de tempo em que os historiadores, normalmente se focam. Os historiadores ambientais muitas vezes precisam de incorporar tanto transformações naturais de longa duração (como as alterações climáticas), como eventos naturais muito repentinos (como as erupções vulcânicas) nas suas histórias. Na história ambiental, os seres humanos são atores, mas a natureza é também um ator. Assim como uma bola de cristal parecerá diferente a luzes diferentes, um pouco da magia da história ambiental vem da mudança de perspectiva: ultrapassar as fronteiras de tempo e espaço, contar histórias em que ora atores humanos, ora as forças da natureza se tornam o centro das atenções.

Quando Patty Limerick e eu discutimos a ideia de um workshop que iria incidir sobre o futuro da história ambiental, a nossa ideia era discutir tanto os desafios como as oportunidades—mas em particular as oportunidades, “as esperanças” que a história ambiental poderá dar ao futuro. Algumas destas esperanças residem no fato dos historiadores contarem histórias. As histórias têm um início e um fim. Os seus prota-

gonistas podem, por vezes, antecipar e influenciar o seu futuro; noutras momentos, as circunstâncias (incluindo ambientais) determinam o seu destino. As histórias que os historiadores escrevem permitem aos leitores e aos ouvintes identificar-se com os humanos em situações de tomada de decisão. Assim, os enredos das histórias são mais acessíveis do que a prosa e análises de cientistas.

Ora pode-se reconhecer que a história ambiental talvez não seja a melhor fonte de narrativas de esperança. Afinal de contas, os historiadores ambientais têm sido particularmente bons a contar histórias do fim da natureza, histórias que explicam e criticam a manipulação e destruição humanas do ambiente natural. Eles têm sido bons em demonstrar a insensatez humana em lidar com a natureza: bons a destacar tentativas frustradas de construir cidades com canteiros e fontes no meio do deserto; a explicar como os esforços da engenharia humana, por exemplo, na construção de diques, estão muitas vezes condenados ao fracasso. Eles são bons a contar histórias sobre o esgotamento da camada de ozono, sobre a destruição do espaço através da expansão urbana, e, mais genericamente, sobre a arrogância que nos faz esquecer o conhecimento indígena.

Mas então e a esperança? Não existem visões e esperanças e lições a serem aprendidas para o futuro da história ambiental?

A resposta curta é: sim, claro. A história ambiental oferece um vasto conjunto de histórias otimistas que narram os nossos sucessos na conservação e proteção dos modos de vida e paisagens. Pensemos nas visões de um pintor como Frederic Church na América de 1850. Church celebrou a grandeza extraordinária do cataclismo de Niagara como “natureza pura.” O que ele deixou de fora da sua imagem foi a realidade das serrações e centrais eléctricas e das longas cercas de madeira que demarcavam as Cataratas. As Cataratas do Niagara eram uma paisagem industrial, mas os pintores americanos de Hudson River School removeram das suas obras todos os vestígios da industrialização e da civilização. Juntamente com arquitetos paisagistas, como Frederick Law Olmsted, os artistas compraram todas as partes das instalações industriais e fundaram um parque. Sem as suas visões e mundos imaginados, o *Niagara Reservation State Park* jamais se teria tornado realidade.

As estórias do Niagara ensinam-nos que as visões ambientais tiveram o poder de mudar as nossas paisagens, “mover montanhas.” E há muitas estórias assim na história. As obras do pintor Thomas Moran, por exemplo, ajudaram a aumentar a visibilidade das paisagens espetaculares do oeste americano na capital do país, passando a ser designados parques nacionais; livros de capa dura produzidos pela *Sierra Club* ajudaram a travar a construção de uma barragem nas Montanhas Rochosas na década de 1950; e a consciência global da fragilidade dos ecossistemas da floresta amazónica levou à proteção de vastas regiões. O facto de que as nossas ideias sobre a natureza, as nossas visões e as nossas percepções podem, realmente, moldar o nosso modo de vida, ambientes e ecossistemas produz algumas histórias otimistas e encorajadoras.

Mas talvez as estórias mais importantes sejam aquelas que nos fornecem uma compreensão da dupla-face da intervenção humana no ambiente natural, estórias e histórias que nos contam tanto fracassos como sucessos: por exemplo, sobre as consequências involuntárias das visões ambientais que foram desenvolvidas no papel, mas ignoraram as dinâmicas da natureza. As estórias sobre o estreitamento do curso de rios são um bom exemplo: hoje nós entendemos melhor do que nunca que a manipulação do leito dos rios agravou muitas vezes inundações e destruiu flora e fauna. Aprender como culturas passadas se adaptaram aos “rios naturais” ajuda-nos a vislumbrar novos ideais para as paisagens fluviais do futuro. Da mesma forma, a história da floresta tropical não seria terrivelmente credível se não incluísse a vasta destruição (através da agricultura industrial de soja) das áreas de cerrado que agora ladeiam a floresta amazónica no Brasil. Afinal de contas, o desenvolvimento do cerrado é uma consequência direta da proteção da floresta amazónica. As estórias de visões ambientais seriam histórias de desilusão se elas não refletissem também consequências indesejadas.

As histórias ambientais estão no seu melhor quando nos ensinam a ambivalência das relações natureza-cultura, evidenciando assim os pontos fracos de outras histórias. Dada a sua longa perspectiva da evolução, a história ambiental serve como um antídoto para o alarmismo apocalíptico e para os decisores políticos tirarem as suas conclusões apenas com base nos eventos actuais ela ensina-nos, por exemplo, que os ambientes têm estado sempre em fluxo, e que a adaptabilidade tem sido uma característica da humanidade, pelo menos nos tempos mais distantes (a título de exemplo, muitas das grandes cidades de hoje na China, como Suzhou e Xangai, estavam sob a água há 5000).

As histórias ambientais também nos ensinam que os humanos têm sido capazes de sobreviver sob condições extremas e com poucos recursos—em altas altitudes como nos Alpes Suíços, por exemplo, ou nos desertos do Norte de África. Apreciar o valor dos recursos e a necessidade de os partilhar e distribuir justamente tem sido uma importante lição de muitas estórias.

Certamente, as histórias ambientais recordam-nos que os seres humanos não podem controlar tudo. A erupção por volta de 1600 a.C. de um vulcão duzentas vezes mais potente que a explosão no Monte Santa Helena levou à queda da cultura Minoica. Se isto não tivesse acontecido, os gregos, assim como os romanos, os portugueses, e os espanhóis, não teriam vindo a dominar o Mediterrâneo. A natureza é um ator em histórias ambientais, um narrador nas nossas estórias. Mas a cultura—e isso é o que as histórias ambientais também nos dizem—não é um ator menos poderoso: a Mãe Natureza não limpa terrenos para cultivo, nem desenha planos de urbanização, nem legisla sobre uso da energia. Os seres humanos têm uma margem enorme para as suas próprias ações. O que nós fazemos neste planeta com o ambiente é, em grande medida, da nossa própria conta e está intimamente ligado à forma que nós escolhemos para contar estórias sobre natureza, cultura e história.

Durante o nosso workshop no Kluge Center, Richard White mencionou um “velho truque”: quando os outros dizem “história e cultura,” os historiadores ambientais perguntam: “mas então e a natureza? Quando os outros dizem “cultura e natureza,” os historiadores ambientais perguntam: “e então a história?” Há poder na natureza e na cultura, e há poder na forma como contamos as estórias sobre a relação entre natureza, cultura e história: este triângulo mágico tem muitas lições para o nosso futuro—avisos, com certeza, mas também esperança.

Referências

- Beck, Ulrich. 2008. *World at Risk*. Cambridge: Polity.
- Beinart, William. 2000. "African History and Environmental History." *African Affairs* 99 (395): 269–302.
- Bloch, Marc. 1949. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Colin.
- Braudel, Fernand. 1949. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Colin.
- Brüggemeier, Franz-Josef, Mark Cioc, and Thomas Zeller, eds. 2005. *How Green were the Nazis? Nature, Environment, and Nation in the Third Reich*. Athens, Ohio: Ohio University Press.
- Carruthers, Jane. 2004. "Africa: Histories, Ecologies and Societies." *Environment and History* 10 (4): 379–406.
- Carson, Rachel. (1962) 2002. *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin.
- Chakrabarty, Dipesh. 2009. "The Climate of History: Four Theses." *Critical Inquiry* 35 (2): 197–222.
- Christian, David. 2005. *Maps of Time: An Introduction to Big History*. Berkeley: University of California Press.
- Collingwood, R. G. (1945) 1956. *The Idea of History*. New York: Oxford University Press.
- Cronon, William. 1990. "Modes of Prophecy and Production: Placing Nature in History." *Journal of American History* 76 (4): 1122–31.
- . 1991. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: Norton.
- Crosby, Alfred W. *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe, 900–1900*. New York: Cambridge University Press.
- Dalton, Amy L. 2000. "On African Environmental History." Review of *Green Land, Brown Land, Black Land: An Environmental History of Africa, 1800–1990*, by James McCann. *Current History* (May): 31–32.
- Davis, Mike. 2010. "Who Will Build the Ark?" *New Left Review* 61.

- Diamond, Jared. 1998. *Guns, Germs and Steel: A Short History of Everybody for the Last 13,000 Years*. London: Vintage.
- . 2005. *Collapse: How Societies Choose to Fail or Survive*. London: Allen Lane
- Dovers, Stephen. 2000. "On the Contribution of Environmental History to Current Debate and Policy." *Environment and History* 6 (2): 131–50.
- "Environment and History." 2003. Theme Issue, *History and Theory* 42 (4).
- Foucault, Michel. 1970. *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences*. New York: Pantheon.
- Gaddis, John Lewis. 2002. *The Landscape of History*. New York: Oxford University Press.
- Glacken, Clarence. 1967. *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture in Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century*. Berkeley: University of California Press.
- Gold, Ann Grodzins and Bhoju Ram Gujar. 2002. *In the Time of Trees and Sorrows: Nature, Power, and Memory in Rajasthan*. Duke University Press, 2002.
- Grove, Richard. 1995. *Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600–1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hughes, J. Donald. 2005. "Global Environmental History: The Long View." *Globalizations* 2 (3): 293–8.
- James, William. (1907) 1975. *Pragmatism*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Koselleck, Reinhart. 2002. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Traduzido por: Todd Samuel Presner, e outros. Stanford: Stanford University Press.
- Lowenthal, David. 1996. "Empires and Ecologies: Reflections on Environmental History." In *Ecology and Empire: Environmental History of Settler Societies*, Editado por: Tom Griffiths, e Libby Robin, 229–36. Edinburgh: Keele University Press.
- Maclean, Norman. 1992. *Young Men and Fire*. Chicago: University of Chicago Press.
- Maher, Neil M. 2008. *Nature's New Deal: The Civilian Conservation Corps and the Roots of the American Environmental Movement*. New York: Oxford University Press.

- . 2010. “The New Deal and Climate Change?” *Solutions for a Sustainable and Desirable Future* 1 (5): 72–75.
- Marx, Karl. (1867) 1936. *Capital: A Critique of Political Economy*. Editado por Frederick Engels. Traduzido da edição Alemã por: Samuel Moore and Edward Aveling. Revisto por: Ernest Untermann. New York: Modern Library.
- Mauch, Christof, Nathan Stoltzfus, and Douglas R Weiner, eds. 2006. *Shades of Green: Environmental Activism around the Globe*. Oxford: Rowman & Littlefield.
- McNeill, John R. 2000. *Something New Under the Sun: An Environmental History of the Twentieth-Century World*. New York: Norton.
- . 2003. “Observations on the Nature and Culture of Environmental History.” *History and Theory* 42 (4): 5–43.
- . 2010. *Mosquito Empires: Ecology and War in the Greater Caribbean, 1620–1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melville, Elinor G. K. 1997. *A Plague of Sheep: Environmental Consequences of the Conquest of Mexico*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moore, Jason. 2010. “Amsterdam is Standing on Norway.” *Journal of Agrarian Change* 10 (1): 33–68.
- Mumford, Lewis. 1934. *Technics and Civilization*. New York: Harcourt, Brace and Co.
- Nash, Catherine. 2000. “Environmental History, Philosophy and Difference” *Journal of Historical Geography* 26 (1): 23–27.
- Osterhammel, Jürgen. 2005. *Globalization: A Short History*. Traduzido por: Dona Geyer. Princeton University Press.
- Peet, Richard, and Michael Watts, eds. 1996. *Liberation Ecologies*. London: Routledge.
- Raban, Jonathan. 1987. *Coasting*. New York: Simon and Schuster.
- Radkau, Joachim. 2008. *Nature and Power: A Global History of the Environment*. Traduzido por: Thomas Dunlap. Washington, DC: German Historical Institute.
- Sachs, Aaron. 2003. “The Ultimate ‘Other’: Post-Colonialism and Alexander von Humboldt’s Ecological Relationship with Nature.” *History and Theory* 42 (4): 111–35.

- Schama, Simon. 1995. *Landscape and Memory*. New York: Knopf.
- Scott, James C. 1998. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press.
- Smail, Daniel Lord. 2008. *On Deep History and the Brain*. Berkeley: University of California Press.
- Sörlin, Sverker, and Paul Warde. 2007. "The Problem of the Problem of Environmental History: A Re-reading of the Field." *Environmental History* 12 (1): 107–30.
- Steinberg, Ted. 2002. *Down to Earth*. New York: Oxford University Press.
- Stroud, Ellen. 2003. "Does Nature Always Matter? Following Dirt through History." *History and Theory* 42 (4): 75–81.
- Thomas, Julia Adeney. 2002. *Reconfiguring Modernity: Concepts of Nature in Japanese Political Ideology*. Berkeley: University of California Press.
- Timpanaro, Sebastiano. (1970) 1980. *On Materialism*. Translated by Lawrence Garner. London: Verso.
- Venturi, Robert, Denise Scott Brown, and Steven Isenour. (1972) 1977. *Learning from Las Vegas*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Walker, Richard. 2007. *The Country in the City*. Seattle: University of Washington Press.
- . Forthcoming. "California: The Glow is Off the Golden State." *New Left Review*.
- Walker, Richard, and Sarah Thomas. 2010. "Blinded by History." In *The Blackwell Companion to Environmental History*, editado por Douglas Sackman, 553–77. Hoboken: Blackwell.
- Weber, Max. 1930. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Traduzido por: Talcott Parsons. London: G. Allen & Unwin.
- Weiner, Douglas R. 2005. "A Death-Defying Attempt to Articulate a Coherent Definition of Environmental History." *Environmental History* 10 (3): 404–20.
- Worster, Donald. 1994. "Nature and the Disorder of History." *Environmental History Review* 18 (2): 1–15.
- . 1996. "The Two Cultures Revisited: Environmental History and the Environmental Sciences." *Environment and History* 2 (1): 3–1

Contribuidores



David Backbourn é e foi Professor Coolidge de História na Universidade de Harvard. Formado em Cambridge, onde foi investigador associado, Backbourn também ensinou em Londres e Stanford. É membro da *American Academy of Arts and Sciences*, presidente do *Friends of the German Historical Institute* em Washington, DC, e participa em muitos conselhos consultivos. O seu mais recente livro é *The Conquest of Nature: Water, Landscape, and the Making of Modern Germany* (2006), publicado em alemão como *Die Eroberung der Natur: Eine Geschichte der deutschen Landschaft* (2007).



Jane Carruthers é professora de História na Universidade da África do Sul e é *membro do conselho consultivo* Rachel Carson Center for Environment and Society. Carruthers publicou extensivamente sobre história ambiental e história da ciência e é autora da obra de referência *The Kruger National Park: A Social and Political History* (1995). Ela é membro e actualmente vice-presidente da *Royal Society of South Africa*; Membro do Clare Hall, Cambridge; e foi presidente da *Southern African Historical Society*. O seu interesse atual reside na história das ciências biológicas no Sul de África.



Peter Coates é Professor de História Norte-Americana e Ambiental na Universidade de Bristol, Reino Unido. Formou-se nas universidades de St. Andrews e Cambridge, é autor de *The Trans-Alaska Pipeline Controversy* (1991); *Nature: Western Attitudes since Ancient Times* (1998); *Salmon* (2006); e *American Perceptions of Immigrant and Invasive Species* (2007). Tem trabalhado recentemente na história ambiental das paisagens militarizadas e está no momento a escrever um livro sobre nadar nos rios.



Kimberly Coulter é Diretora de Projeto do portal digital Environment and Society no *Rachel Carson Center*. Coulter é formada em Geografia pela Universidade de Wisconsin–Madison, onde também foi conferencista. Anteriormente, ela trabalhou como cartógrafa, relatora de pareceres arquitectónicos, gestora de programas de investigação internacionais e como editora para *The History of Cartography*. Escreve sobre colaboração internacional na produção de conhecimento e produtos culturais.

John Gillis é Professor *Emeritus* de História na Universidade de Rutgers, e agora divide o seu tempo entre Berkeley, California, e Great Gott Island, Maine. É autor de *Islands of the Mind* (2004) e *The Human Shore: Seacoasts in History* (2012), que aborda as formas como os humanos têm ocupado os espaços onde a terra e o mar se juntam, desde a Pré-História até ao presente.



Patricia Limerick é Professora de Historia e Presidente do Conselho do *Center of the American West* na Universidade do Colorado, em Boulder. Foi presidente da *American Studies Association* e obteve uma *MacArthur Fellowship*. Limerick também ensinou em Harvard e Yale. O seu livro *The Legacy of Conquest* (1987) tornou-a uma das pioneiras da chamada “Nova História Ocidental.” Outros livros importantes incluem *Desert Passages* (1985) e *Something in the Soil* (2000).



Christof Mauch é Director do *Rachel Carson Center for Environment and Society* e Professor de História Norte-Americana e Relações Transatlânticas na LMU em Munique. Faz parte do Concelho Científico do National History Center em Washington, DC, e é vice-presidente da *European Society for Environmental History*. Anteriormente Director do *German Historical Institute* em Washington, DC, é autor e editor de muitos livros, incluindo *Nature in German History* (2004); *Shades of Green* (2006); e *Natural Disasters, Cultural Responses* (2009).



John R. McNeill é Professor universitário na Universidade de Georgetown, onde ensina tanto na *School of Foreign Service* como no Departamento de História. Os seus livros mais recentes incluem *Something New Under the Sun: An Environmental History of the Twentieth Century World* (2000), vencedor de três prémios e traduzido em nove línguas; e *Mosquito Empires: Ecology and War in the Greater Caribbean, 1620-1914* (2010), que ganhou o *Beveridge Prize* da *American Historical Association*. Em 2010, ganhou o *Toynbee Prize* pelas “contribuições académicas e públicas para a humanidade.” McNeill é presidente da *American Society for Environmental History*.





Martin V. Melosi é professor universitário *Hugh Roy* e *Lillie Cranz Cullen* e Director do *Center for Public History* da Universidade de Houston. Ele escreveu e editou dezasseis livros e cerca de cem artigos. Foi *Fulbright Chair* em Estudos Americanos da Universidade da Dinamarca do Sul, em 2000-01, e tem sido membro visitante em universidades de França, Finlândia e China. Foi presidente da *American Society for Environmental History*, *Public Works Historical Society*, *Urban History Association* e *National Council on Public History*.



Stephen J. Pyne é Professor da Universidade do Estado de Arizona e autor de mais de vinte livros sobre a história da exploração e história ambiental, especialmente a história, ecologia e gestão do fogo. O seu interesse nestes temas resultou de quinze temporadas em que esteve na brigada de bombeiros florestais do *Grand Canyon National Park*. Pyne também ensina escrita e escreveu *Voice and Vision: A Guide to Writing History and Other Serious Nonfiction* (2009).



Mahesh Rangarajan tornou-se o Director do *Nehru Memorial Museum and Library* em 2012, e é Professor no Departamento de História da Universidade de Delhi. Os seus trabalhos mais recentes incluem o volume coeditado *Environmental History as if Nature Existed* (2010) e *India's Environmental History: A Reader* (2011). Detentor de uma *Rhodes Scholarship*, estudou no *Hindu College*, Delhi, e nos *Balliol* e *Nuffield Colleges*, Oxford. Ele dirigiu a *Elephant Task Force* (2010) na Índia. Rangarajan é também um comentador político que aparece frequentemente na televisão indiana.



Harriet Ritvo é Professora Arthur J. Conner de história no *MIT*, onde lecciona História Britânica, História ambiental, História animal e História da história natural. Ela foi presidente da *American Society for Environmental History* entre 2010-11 e é autora de *The Dawn of Green: Manchester, Thirlmere, and Modern Environmentalism* (2009); *The Platypus and the Mermaid, and Other Figments of the Classifying Imagination* (1997); *The Animal Estate: The English and Other Creatures in the Victorian Age* (1987); e *Noble Cows and Hybrid Zebras: Essays on Animals and History* (2010).

Libby Robin é docente na Universidade Nacional Australiana e Investigadora Principal no Centre for Historical Research do *National Museum of Australia*. Os seus livros incluem *How a Continent Created a Nation* (2007); *The Flight of the Emu* (2001); *Ecology and Empire* (1997, editado com Tom Griffiths); *Boom and Bust* (2009); e *Desert Channels* (2010). Desde 2011, Robin é Professora Convidada no KTH Estocolmo trabalha com Sverker Sörlin e Paul Warde em *Expertise for the Future*, uma história de predição ambiental.



Julia Adeney Thomas é Professora de História na Universidade de Notre Dame. Formou-se em história em Princeton, Oxford, e Chicago, e escreve sobre conceitos de natureza, ideologias políticas e fotografia no Japão e comparativamente. O seu interesse na forma como lidamos com o mundo natural deu origem a ensaios sobre a zona coreana desmilitarizada; uma comparação entre filósofos Japoneses e da Escola de Frankfurt; e um livro, *Reconfiguring Modernity* (2002), que explora as modificações nos usos ideológicos de “shizen” à medida que o Japão se modernizou.



Frank Uekoetter é *Dilthey Fellow* na *Volkswagen Stiftung* e *LMU Fellow* no Rachel Carson Center for Environment and Society. Os seus livros incluem *The Age of Smoke: Environmental Policy in Germany and the United States, 1880-1970* (2009); e *The Green and the Brown: A History of Conservation in Nazi Germany* (2006). Uekoetter também editou *The Turning Points of Environmental History* (2010).



Richard Walker é Professor de Geografia na Universidade de Califórnia, Berkeley. É o autor de *The Capitalist Imperative* (1989); *The New Social Economy* (1992); *The Conquest of Bread* (2004); e *The Country in the City* (2007). Walker foi docente de Geografia, Estudos Metropolitanos Globais, e Estudos Californianos em *UC Berkeley*, e recebeu as bolsas *Fulbright* e *Guggenheim*, os prémios *Carey McWilliams Award* e *Hal Rothman* em História do Ocidental.



Frank Zelko é Professor Assistente de História na Universidade de Vermont, onde ensina história ambiental e estudos ambientais. A sua pesquisa foca-se na história dos movimentos ambientais à escala mundial e a maneira como as ideias sobre a natureza mudaram ao longo do tempo. Zelko é também editor de história no jornal *Solutions*.



RCC Perspectives

RCC Perspectives é uma série de artigos e ensaios sobre história ambiental, estudos ambientais e campos relacionados. Os artigos têm a sua origem nas atividades de estudo do *Rachel Carson Center for Environment and Society* e em debates correntes na sociedade. Eles combinam peças pensadas e nova pesquisa empírica, e estão desenhados tanto para melhorar o diálogo internacional, bem como para inspirar novas perspectivas na complexa relação entre natureza e cultura.

perspectives@carsoncenter.lmu.de

Editores da série:

Kimberly Coulter
Christof Mauch
Helmuth Trischer
Frank Uekoetter

Editors:

Paul Senker
Katie Ritson
Kimberly Coulter
Marielle Dado
Filipa Soares

Todas as publicações *RCC Perspectives* estão disponíveis *online*. Para consultar publicações passadas, e saber mais sobre o *Rachel Carson Center for Environment and Society*, por favor visite www.rachelcarsoncenter.de.

Rachel Carson Center for Environmental and Society
Leopoldstrasse 11a
80802 Munique
Alemanha

Design por Stefan Zinsbacher

Foto da capa: Mario Schielke / PIXELIO

Este volume foi publicado primeiro na revista *RCC Perspectives* e esta tradução é publicada com a graciosa permissão dos autores contribuidores e do *Rachel Carson Center for Environmental and Society*.

© Copyright pertencente aos autores contribuidores.
ISSN 2190-5088

Braga, 2011

ClimatePartner^o
printed climate-neutrally



LUDWIG-
MAXIMILIANS-
UNIVERSITÄT
MÜNCHEN

Deutsches Museum



ISSN 2190-5088